

# ALCÁCER NO FINAL DO PERÍODO ISLÂMICO (SÉCULOS XII-XIII)

*Novos elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*



850  
ANOS  
1158|2008

Elementos para a História de Alcácer nº1

## Ficha Técnica:

**Título:** ALCÁÇER DO SAL NO FINAL DO PERÍODO ISLÂMICO (Séculos XII-XIII): *Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa.*

**Colecção Digital** – *Elementos para a História de Alcácer, nº 1*

**Coordenação** – *Vereação do Pelouro da Cultura.*

**Concepção:** - *Gabinete de Arqueologia para a Comemoração dos 850 anos (1158-2008)*

**Autor:** *António Rafael Carvalho*

**Grafismo** – Eduardo Mira

Cartografia elaborada pelo autor, sobre bases digitais do *Google Earth 2008* e do *Earth Explorer 5.0, da Motherplanet.com*

**Edição** – Município de Alcácer do Sal

Alcácer do Sal, Junho de 2008

## Apresentação

O dia 24 de Junho, que já foi escolhida alguns anos atrás como data do Feriado Municipal de Alcácer do Sal, assenta na Crónica Portuguesa Medieval, dos Anais de D. Afonso Henriques, onde é afirmado que foi nessa data, que a nossa cidade foi conquistada aos muçulmanos, no ano de 1158.

Os Anais especificam que esse evento terá acontecido numa Segunda-feira, 7 das calendas de Julho, dia de São João Baptista, o que segundo José Mattoso, corresponde, respectivamente, a 23 de Junho, 25 de Junho e 24 de Junho.

Contudo, no ano 2000 surgiram novos dados, com base em fontes muçulmanas, as quais vieram contradizer a documentação portuguesa.

Este facto, tem levado alguns Historiadores a reflectir demoradamente sobre esta questão.

José Mattoso nesta linha de actuação, refere na sua recente obra sobre a vida do 1º Rei Português, que a 1ª Conquista de Alcácer terá acontecido dois anos depois da data até então aceite, ou seja, em 1160.

Se foi em 1160, como afirma Mattoso e o autor deste estudo, chegamos há conclusão que o que temos vindo a comemorar desde o século passado no dia 24 de Junho, dia de S. João, Feriado Municipal, terá sido a aliança que foi efectuada entre D. Afonso Henriques, Rei de Portugal e o Soberano Independente do Reino Muçulmano de Alcácer, *Alī al-Wahībī*.

Como iremos ver no presente estudo, *al-Qaṣr* entra na esfera de "Domínio Português" há 850 anos, mas com o estatuto de emirato muçulmano associado ao reino de Portugal, gozando ampla autonomia, mantendo em uso a cultura, a língua árabe e a religião islâmica. Do ponto de vista islâmico, Alcácer não é considerado território Português.

Esperamos que o presente estudo estimule o debate sobre esta questão, que faz parte da nossa história local e que tenhamos coragem para assumir que quando existem novas provas, temos que as aceitar.

A presente exposição, é um convite para conhecerem melhor um tempo que foi marcante para Alcácer e que inaugura a entrada definitiva desta cidade do rio Sado, na realidade política actual, que tem o nome de Portugal.

Com este primeiro estudo, damos início a uma colecção disponível *on-line* (**Elementos para a História de Alcácer**), que vai reunir artigos ou monografias, que tematicamente irão versar aspectos do nosso passado colectivo, de forma a contribuir para uma História de Alcácer, que terá que ser escrita futuramente.

Vereadora do Pelouro da Cultura e Desporto

Isabel Cristina Soares Vicente

## ÍNDICE

### ALCÁÇER DO SAL, NO FINAL DO PERÍODO ISLÂMICO (Séculos XII-XIII) *Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*

Resumo:	5
1. Introdução	7
2. A problemática Historiográfica da 1ª Conquista Portuguesa de Alcácer – 1158 ou 1160:	8
2.1. A Leitura Historiográfica	8
3. Antecedentes da 1ª conquista cristã de Alcácer.	11
3.1. Anatomia de um território em disputa	11
3.2. <i>Al-Qasr</i> em Contexto Almorávida: Alguns elementos	13
3.3. <i>Al-Qasr</i> , sede militar do <i>Taghr al-Garb</i> , ao serviço do Emirato Almorávida	18
3.4. A Taifa Alcacerense	22
4. Da primeira Conquista Cristã de Alcácer, até à sua recuperação pelos muçulmanos (1160-1191)	26
5. A presença Almóada em <i>Qasr al-Fath</i>	29
6. Introdução ao Quotidiano Alcacerense em contexto Almóada	32
6.1. A Medina	32
6.2. A estrutura social	34
6.3. Em jeito de Conclusão	36
7. Algumas cerâmicas Almóadas, exumadas em Alcácer.	38
Tabela Cronológica (Séculos XII-XIII)	40
Bibliografia	42

## ALCÁÇER DO SAL NO FINAL DO PERÍODO ISLÂMICO (Séculos XII-XIII): *Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*<sup>1</sup>

### Resumo:

A conquista definitiva de Lisboa por D Afonso Henriques, em 1147, e a recuperação de Alcácer por tropas muçulmanas em 1191, corresponderam a etapas importantes de uma conjuntura complexa de guerra em várias frentes, com diferentes actores, onde se assiste à consolidação de duas dinâmicas diferentes da apropriação do território.

Por um lado, a pressão crescente do Reino de Portugal em direcção a Sul, consolidando-se como realidade política viável, à custa de território islâmico que vai conquistando e absorvendo.

No lado oposto, uma sociedade islamizada, de vários séculos, profundamente oriental, que, com a ajuda de fracas guarnições militares, tenta sustentar esse avanço com bastante dificuldade.

Desde o ano 2000 (Paixão, Faria e Carvalho 2001 com base no trabalho de Kahwli 2001) que temos defendido que a primeira conquista portuguesa de Alcácer terá ocorrido em 1160<sup>2</sup> e não em 1158, como tem sido defendido pela restante comunidade científica até ao momento. José Mattoso (2007, p. 278) na sua recente Bibliografia sobre D. Afonso Henriques, editada em 2007, também com base nos dados de Kahwli, é um dos historiadores<sup>3</sup> que aceita 1160 como data da 1ª Conquista Portuguesa de Alcácer e deixa cair 1158.

Dado que o presente estudo, se insere no programa das comemorações do Município de Alcácer, referentes à efeméride da 1ª Conquista Portuguesa, vamos olhar demoradamente sobre esta questão, para que a data de 1160, não persista mais como uma hipótese, mas que se consolide como uma certeza.

Em termos de quotidiano Tardo Islâmico, vamos privilegiar a análise de Alcácer em contexto Almóada, tendo em conta o manancial de informação que temos sobre esta fase.

Que este texto sirva para o debate que todos nós teremos que fazer com a “*Nossa História Local*”, que será o legado que iremos deixar para as gerações futuras.

موجز:

النهائي من لشبونة قبل الغزو د افونسو henriques ، في 1147 ، وإعادة إنعاش ceráalc من جانب القوات الاسلامية في 1191 ، بلغت خطوات هامة في حالة معقدة من الحرب على عدة جبهات ، مع مختلف الجهات الفاعله ، حيث انها تساعد في توطيد اثنين من ديناميات مختلفة الملكيه للاقليم.  
اولا ، لضغوط متزايدة للمملكة البرتغال في اتجاه الجنوب ، وتوطيد نفسها على انها قابلة للاستمرار الواقع السياسي على حساب

---

<sup>1</sup> De forma a não sub carregar o texto, optamos por inserir as notas de rodapé que achamos mais adequadas. Para os mais interessados nestas questões, remetemos para a bibliografia que acompanha este estudo.

<sup>2</sup> Sobre esta questão, consultar os nossos trabalhos publicados na revista Neptuno (Carvalho, 2005. Alcácer do Sal entre 1191 e 1217/I e II Parte)

<sup>3</sup> No presente ano de 2008, num artigo publicado no Jornal a Voz do Sado, a historiadora Maria Teresa Lopes, também aceita como válida a data de 1160 para a primeira conquista portuguesa de Alcácer.

الاراضي الاسلامية ان الفاي فتح وتستوعب.

على الجانب المقابل ، وهى شركة **islamizada** ، لعدة قرون ، واذ يساوره بالغ الشريعة ، والتي ، بمساعدة ضعيفة من الحاميات العسكرية ، وتحاول ان توقف هذا التقدم ايضا في صعوبة.  
ومنذ عام 2000 (الانفعال العاطفي ، وفاريا وكارفالهو عام 2001 استنادا الى اعمال kahwli 2001) ان حرصنا على الحفاظ على ان تكون اول من **ceráalc** البرتغاليه الغزو كان في 1160 بدلا من 1158 ، كما كان يطالب بها غيره من المؤرخين حتى الآن.  
خوسيه **mattoso** (2007 ، ص 278) في عملها في الأونة الأخيرة على حياة د. افونسو **henriques** ، الذي نشر في عام 2007 ، أيضا على أساس **kahwli** ، هو أول من يقبل على النحو 1160 تاريخ 1 شارع البرتغاليه **ceráalc** من الغزو واسقاط 1158.  
وبالنظر الى ان هذه الدراسه ، ويندرج في برنامج احتفالات مدينة **ceráalc** ، في معرض اشارته الى 1 شارع الفتح **rideeefem** البرتغاليه ، وسنتطرق في هذه المساله على طول حتى تاريخ 1160 ، لا تزال قائمة اكثر بوصفها فرضية ، ولكن هذا هو بصفته اليقين.  
في كل يوم من حيث **tardo** الاسلامية ، فاننا سنركز على تحليل **adaócer almáalc** في السياق ، وبالنظر الى ثروه من المعلومات التي لدينا عن هذه المرحلة.  
هذا النص ما يفيد في المناقشه وعلينا جميعا ان نفعل مع "لنا التاريخ المحلي" ويتم تركه لنترك للاجيال المقبلة.

54

## Summary:

The final conquest of Lisbon by D Afonso Henriques, in 1147, and the recovery of Alcácer by Muslim troops in 1191, amounted to important steps in a complex situation of war on several fronts, with different actors, where they assist the consolidation of two different dynamics ownership of the territory.

First, a increasing pressure of the Kingdom of Portugal towards the south, consolidating itself as a viable political reality at the expense of Islamic territory that was conquering and absorbing.

On the opposite side, a Islamic way of life, from several centuries, deeply east, which, with the help of weak military garrisons, tries to halt that progress well in difficulty. Since 2000 (Paixão, Faria and Carvalho 2001 based on the work of Kahwli 2001) that we have maintained that the first Portuguese conquest of Alcácer was in 1160 rather than in 1158, as has been claimed by other historians to date. Jose Mattoso (2007, p. 278) in its recent work on the life of D. Afonso Henriques, published in 2007, also based on Kahwli, is the first to accept 1160 as the date of 1 st Portuguese Conquest of Alcácer and drop 1158. Given that this study, falls in the programme of celebrations of the City of Alcácer, referring to the 1 st Conquest ephemerid Portuguese, we will look at length on this issue so that the date of 1160, not persist more as a hypothesis, but that is consolidated as a certainty.

In terms of everyday Late Islamic, we will focus on analysis of Alcácer in Almohad context, given the wealth of information we have on this stage.

What this text serves to the debate we all have to do with the "*Our Local History*," which will be the legacy we will leave to future generations.

<sup>4</sup> ترجمة للملخص باللغة العربية ويجب ان يفهم الخام.

<sup>5</sup> The translation of the summary in Arabic language must be understood as rough

## 1. Introdução

Este trabalho de investigação, sobre a História Local da nossa cidade nos séculos XII-XIII, insere-se na comemoração da efeméride dos **850 anos** de um acontecimento ocorrido em **1158**.

Se a conquista definitiva de Alcácer em 1217 e o seu enquadramento historiográfico não oferecem dúvidas nenhuma, complexo e pouco claro foi até há pouco tempo todo o enquadramento historiográfico que envolvia a 1ª Conquista Portuguesa de Alcácer.

Afinal em que data e enquadramento teria sido efectuada essa conquista?

Desde o século passado e até há pouco tempo, tinha sido aceite de forma inquestionável o ano de 1158, contudo a publicação de um estudo em 2001, que apresenta as fontes muçulmanas sobre esta questão, vieram pôr em causa a data e consolidar a data de 1160.

Parece-nos inquestionável que a 1ª Conquista Portuguesa foi efectuada em 1160, contudo, como este contributo é destinado a um debate, no âmbito das comemorações deste ano, vamos expor detalhadamente este e outras problemáticas da nossa História local.

Se na realidade, 1160 corresponde ao ano da conquista de Alcácer, que papel é reservado na História de Alcácer ao ano de 1158?

Consideramos que 1158 é uma data marcante na História desta cidade e como tal deve ser comemorada.

Como teremos ocasião de expor neste estudo, não se tratou de uma conquista, mas sim de uma aliança política entre o Reino Taifa de Alcácer e o Reino de Portugal, no qual *al-Qasr* solicita apoio militar, estando as suas elites dispostas a pagar por essa ajuda.

Os alcacerenses nessa época viviam preocupados com o seu quotidiano incerto em tempo de guerra. A todo o custo, procuravam manter a sua autonomia. A ajuda solicitada aos portugueses, servia de escudo protector contra a inevitável anexação ao Império Almóada.

Mas porque razão os alcacerenses tinham tanto receio do Almóadas, igualmente muçulmanos, a ponto de solicitarem protecção aos Portugueses, que em termos naturais são os seus inimigos de fé?

Os Almóadas vão pela primeira vez abrir um precedente histórico, cujas consequências chegam até aos dias de hoje, porque dá na perspectiva islâmica, legitimidade aos movimentos fundamentalistas actuais.

Até ao aparecimento do Movimento Almóada/Os Unitários, no século XII, a "*guerra legítima*" era efectuada contra os cristãos e os adoradores de ídolos, pagãos. A guerra entre muçulmanos eram proibidas canonicamente, contudo dada a sua realidade, recebiam o nome de *Fitna*/Discórdia.<sup>6</sup>

O eclodir deste movimento reformista Magrebino, pela primeira vez em todo o mundo muçulmano, vai ser praticada uma "*Guerra Santa*" contra os muçulmanos que não sigam a sua reforma religiosa. É isso que a maioria dos alcacerenses teme, dado que são quase todos sunistas e seguem a escola de *Ibn Malik*. Não é só a sua cidade que está em perigo, são as suas vidas e as redes familiares.

---

<sup>6</sup> Em alguns contextos, significa uma mulher muito bela, que provoca a discórdia entre os homens.

## 2. A problemática Historiográfica da 1ª Conquista Portuguesa de Alcácer – 1158 ou 1160:

### 2.1. A Leitura Historiográfica

Apesar de existirem várias datas, como por exemplo, 1151 ou 1152 para uma tentativa falhada da conquista de Alcácer, o ano de 1158 é uma data que emerge nos denominados “*Anais de D. Afonso Henriques*”.

Afinal, o que é que aconteceu em 1158, que terá levado a totalidade dos Historiadores portugueses no século passado a pensarem que correspondia à data da 1ª Conquista de Alcácer e que o dia em que esse feito aconteceu foi elevado a data de Feriado Municipal?

José Mattoso<sup>7</sup>, na obra que temos referido, efectua uma análise crítica dos Anais de D. Afonso Henriques e chega à conclusão de que falta algo. Quando tem acesso aos dados fornecidos pelos autores muçulmanos medievais, num artigo publicado em 2001 por Khawli<sup>8</sup>, chega à conclusão de que algo foi escamoteado nas fontes Portuguesas.

Contudo é o bem informado *Ibn al-Abbār* que confirma a presença de *Alī al-Wahībī* (aliado de D. Afonso Henriques) como soberano de Alcácer desde 1158 e o seu assassinato algum tempo depois, afirmando que desde 1160, a cidade está debaixo do domínio português.<sup>9</sup>

Até ao ano 2000, a data de 1158 era aceite sem reservas por toda a comunidade científica portuguesa e esse dado era reproduzido sem crítica por historiadores de outros países.

Viviam-se numa fase em que era grande o desconhecimento das fontes islâmicas e escasso e nulo o seu aproveitamento como documento.

A isto, juntava-se uma ausência de análise historiográfica especificamente vocacionada para Alcácer do Sal, tanto na perspectiva diacrónica como sincrónica.

Ou seja, a História Medieval de Alcácer ou parte dela, ainda não tinha sido escrita até essa altura e os dados soltos referentes à nossa cidade continuavam lacónicos, descuidados e às vezes pouco precisos.

A persistência desse panorama, não permitia analisar a evolução histórica da nossa cidade numa perspectiva de “*dentro para fora*”, não permitindo detectar as “*especificidades*” que defendemos terem existido nesta medina.

O início do século XXI tem sido marcante para a renovação e clarificação da nossa História Local em contexto Medieval, tanto na Fase Islâmica como na Cristã.

No ano 2000 sai ao público a primeira monografia dedicada ao estudo da nossa cidade, abordando o Período Medieval Cristão, da autoria de Maria Teresa Lopes Pereira<sup>10</sup>.

Nesse ano, mas com publicação em 2001, saiu o trabalho do nosso colega Abdalhah Khawli, dedicado à Fase Conturbada das Taifas Pós-Almorávidas<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> Mattoso, 2007. D. Afonso Henriques. Coleção Reis de Portugal. Temas e debates, pp. 280-284

<sup>8</sup> Historiador Marroquino que se tem dedicado ao estudo do Garb al-Andalus, privilegiando as fontes muçulmanas.

<sup>9</sup> Khawli (2001). Le Garb al-Andalus à l'Époque des Seondes Taifas (539-552/1144-1157), p. 31.

<sup>10</sup> Alcácer do Sal na Idade Média, Ed. Colibri e Município de Alcácer do Sal. Obra fundamental para o estudo da nossa cidade após a conquista cristã de 1217.

<sup>11</sup> Khawli, 2001. Le Garb al-Andalus à l'Époque des Seondes Taifas (539-552/1144-1157). Arqueologia Medieval nº 7, pp. 23-35.



Este Historiador demonstrou a existência de um Reino Taifa Alcacerense até então desconhecido no panorama da Historiografia do *al-Andalus*, assim como o papel que *Alī al-Wahībī* de Tavira aqui teve, numa aliança estratégica com D. Afonso Henriques, contra o poder imperial almóada.

Foi com base nesse estudo, que começamos a olhar de modo diferente para as fontes referentes a *al-Qasr* e começamos a desenvolver a nossa investigação, procurando aprofundar esta problemática e outras que entretanto surgiram.

Um primeiro contributo neste âmbito de renovação historiográfica foi dado no decurso do 1º Simpósio Internacional sobre Castelos, que decorreu em Palmela, no ano 2000 e cujas actas foram publicadas em 2001.<sup>12</sup>

Em 2002, no encontro científico ocorrido em Cáceres sobre o patrocínio do IPPAR (Portugal) e da Junta de Estremadura (Espanha)<sup>13</sup>, voltamos a insistir nesta questão<sup>14</sup>, o que tem permitido um novo olhar da comunidade científica internacional, especialmente a do país vizinho, para a importância de Alcácer em contexto Almóada<sup>15</sup>.

Em conjunto com o saudoso João Carlos Faria e com a Marisol Aires Ferreira, saiu em 2004 a primeira monografia de uma cidade Portuguesa em contexto Islâmico, que privilegiou a evolução histórica, desde o emirato até à conquista cristã<sup>16</sup>.

Se neste momento, é ponto assente a importância de Alcácer em contexto Almóada, vamos dar início neste trabalho, ao estudo da presença Almorávida em *al-Qasr* e as consequências e legado que terão deixado após 1147.

De facto, esta fase da História da nossa cidade ainda não foi objecto de um estudo aprofundado, mas é fundamental para começarmos a entender dados aparentemente antagónicos, como as alianças de D. Afonso Henriques com as elites muçulmanas anti-almorávidas localizadas no *Ġarb al-Andalus*, o surgimento do clã dos *Banū Wazīrī* e o aparecimento de Alcácer como sede de poder autónomo.

Não podemos esquecer que em contexto almorávida, Alcácer ganhou uma projecção impar em termos de domínio territorial e militar, a ponto de ter dominado grande parte do Alentejo e quase a totalidade da actual Estremadura Espanhola.<sup>17</sup>

Procuramos neste nosso contributo<sup>18</sup> para as comemorações da 1ª Conquista de Alcácer ao muçulmanos, da iniciativa do nosso município, fazer um ponto de situação sobre estas e outras questões, nomeadamente, contribuindo para o reforço da data de 1160, como o ano em que efectivamente aconteceu esse evento, que permitiu uma primeira presença de 31 anos na nossa cidade.

<sup>12</sup> Paixão, Faria e Carvalho (2001). Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal), pp. 369-383.

<sup>13</sup> ĠARB Sítios Islâmicos do Sul Peninsular. Cáceres e Lisboa.

<sup>14</sup> Paixão e Carvalho (2002). Cerâmicas Almóadas de *al-Qasr al-Fath* (Alcácer do Sal), actas do referido encontro, pp. 199-229.

<sup>15</sup> A título de exemplo poderemos referir a última monografia de Garcia Fitz sobre o período Almóada (2005) Las Navas de Tolosa e os dois estudos do sistema defensivo Almóada de Cáceres, da autoria Samuel Marquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza, onde Alcácer emerge como a principal sede de Fronteira Militar Almóada no Ġarb a sul de Lisboa e norte de Silves, na linha do que temos vindo a defender desde 2000.

<sup>16</sup> Com a 1ª Edição já esgotada, vai ser lançada em data a anunciar, a segunda edição, neste momento no prelo.

<sup>17</sup> Este facto, relatado por *al-Idrisi*, tem deixado perplexos os nossos colegas espanhóis e não tem sido objecto de análise adequada em Portugal. A questão tem sido aflorada timidamente por nós, desde 2004, contudo actualmente temos mais elementos para aprofundar esta questão, que passa pela compreensão do aparelho militar e ideológico dos Almorávidas.

<sup>18</sup> O tema é aliciante e complexo, onde as perguntas são mais que as respostas, mas dado o objectivo deste nosso contributo, optamos por elaborar um texto claro e de síntese. Para um aprofundamento destas questões podem consultar a bibliografia.

Muito ficará por dizer, mas isso será tema de outros estudos, que serão inseridos nesta colecção.

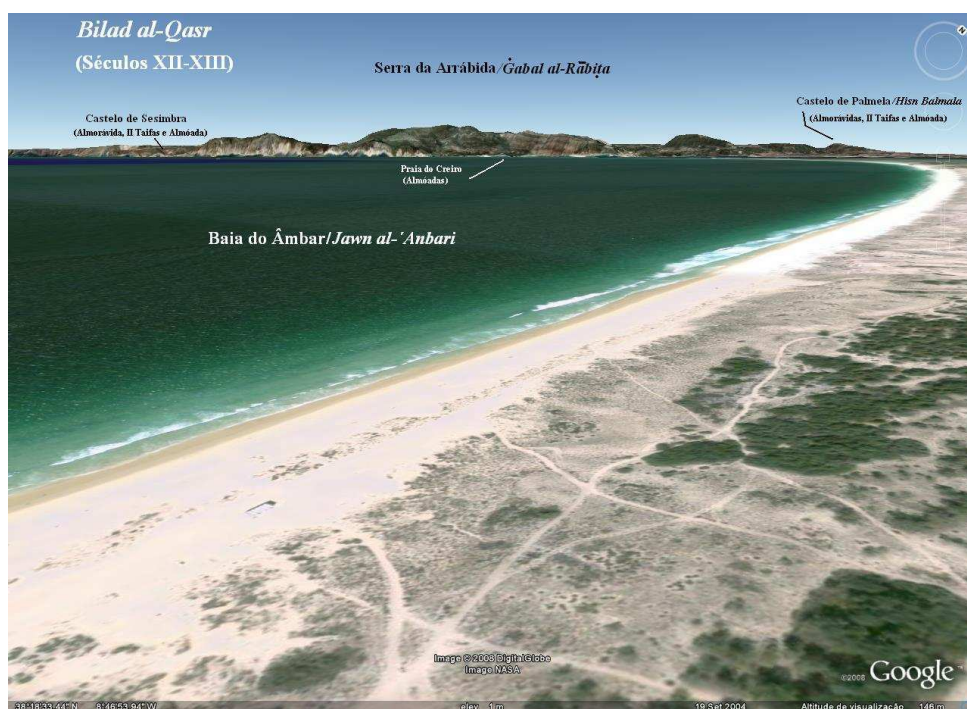


Fig. Nº 1 - A vertente Atlântica do território Alcacerense, em contexto islâmico, desde a fase Pré-Emiral até à conquista Portuguesa. A Arrábida e a costa da Comporta até Sines. No meio, a baía de Setúbal, antiga baía do Âmbar.



Fig. Nº 2 – Representação de peixes e a sua descrição, num manuscrito islâmico do século XIII.

É provável que em Alcácer circulassem manuscritos semelhantes a este, dada a profunda ligação da medina ao oceano, ao estuário do rio Sado e a natural curiosidade dos alcacerenses por todos os livros e conhecimentos ligados ao mar. Segundo as fontes islâmicas, a riqueza da cidade repousa na sua frota naval, na construção naval e nos seus pescadores.

### 3. Antecedentes da 1ª Conquista Cristã de Alcácer.



Fig. Nº 3 - Panorâmica do *Garb al-Andalus* nas vésperas da conquista de Lisboa, em 1147

#### 3.1. Anatomia de um Território em Disputa.

Como temos vindo a afirmar desde algum tempo (Paixão, Faria e Carvalho, 2001)

*"- A conquista definitiva de Lisboa por D Afonso Henriques, em 1147, e a recuperação de Alcácer por tropas muçulmanas em 1191, corresponderam a etapas importantes de uma conjuntura complexa de guerra em várias frentes, com diferentes actores, onde se assiste à consolidação de duas dinâmicas diferentes da apropriação do território.*

*Por um lado, a pressão crescente do Reino de Portugal em direcção a Sul, consolidando-se como realidade política viável, à custa de território islâmico que vai conquistando e absorvendo.*

*No lado oposto, uma sociedade islamizada, de vários séculos, profundamente oriental, que, com a ajuda de fracas guarnições militares, tenta suster esse avanço com bastante dificuldade."*

Na realidade, a conquista de Lisboa, ocorre num momento em que o Império Almorávida joga pela sua sobrevivência no Magreb.

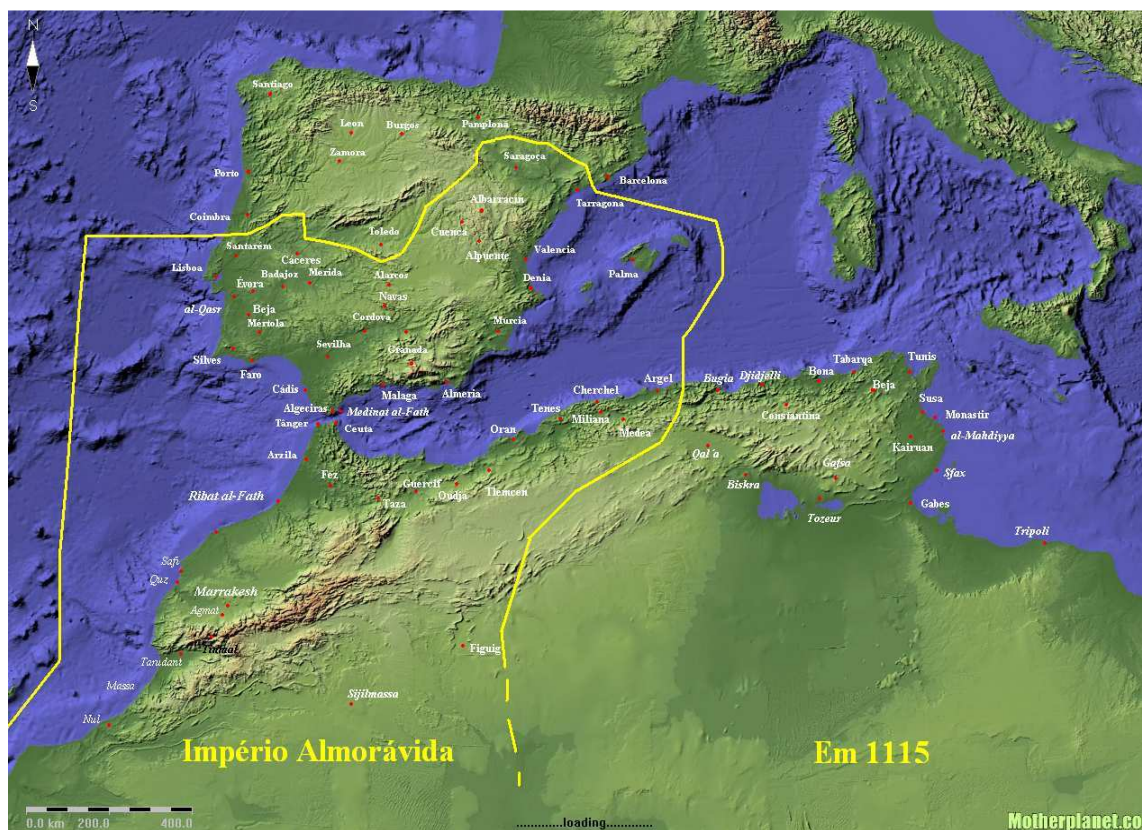


Fig. Nº 4 - Regressão territorial do Império Almorávida no *al-Andalus*, entre 1111 e 1148, face ao avanço dos Reinos Cristãos

O seu falhanço é claro na contenção do avanço da “*Reconquista Cristã*” no *al-Andalus*, onde é notório os cercos e ataques falhados a Toledo e outras cidades.

A imposição de impostos “*illegais*”, para alimentar uma máquina de guerra, que começa a ser deslocada para o Norte de África <sup>19</sup>, contribui para complicar ainda mais o quadro social vivido no *Al-Andalus*.

Neste fervilhar de movimentação popular de protesto social, emergiram movimentos de contestação e de reforma religiosa de inspiração Sufi, como é o caso paradigmático de *Ibn Qasī* no *Ġarb*, que será mal visto pelos Almorávidas e que será combatido pelo emergente poder Almóada.

Apesar dos dados lacónicos que possuímos desta fase referentes a Alcácer, para a compreender e situar no contexto da época, devemos recuar um pouco e compreender o importante legado *Lamtūna* na nossa cidade<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Para conter e derrotar o movimento Almóada, cujo epicentro se localizava no Alto Atlas, a sua de Marraquexe, sede imperial Almorávida.

<sup>20</sup> Reconhecemos que temos investigado mais o contexto Almóada em Alcácer, fascinados pela documentação arqueológica exumada e descurado um pouco o legado Almorávida na nossa cidade. Os dados recentes, vão lentamente impondo um panorama radicalmente novo. De facto estamos a aperceber que Alcácer nesta fase terá atingido um grande apogeu como urbe islâmica e centro cultural, dado que a sua esfera de governação chegava até à serra de Gredos. (Sistema montanhoso central da Península Ibérica). Cidades como Badajoz, Mérida, Évora, Cáceres, Trujillo, etc, estavam debaixo das orientações emitidas pelo governador almorávida instalado em Alcácer, sendo sintomático que o distrito militar tinha o nome da nossa cidade.

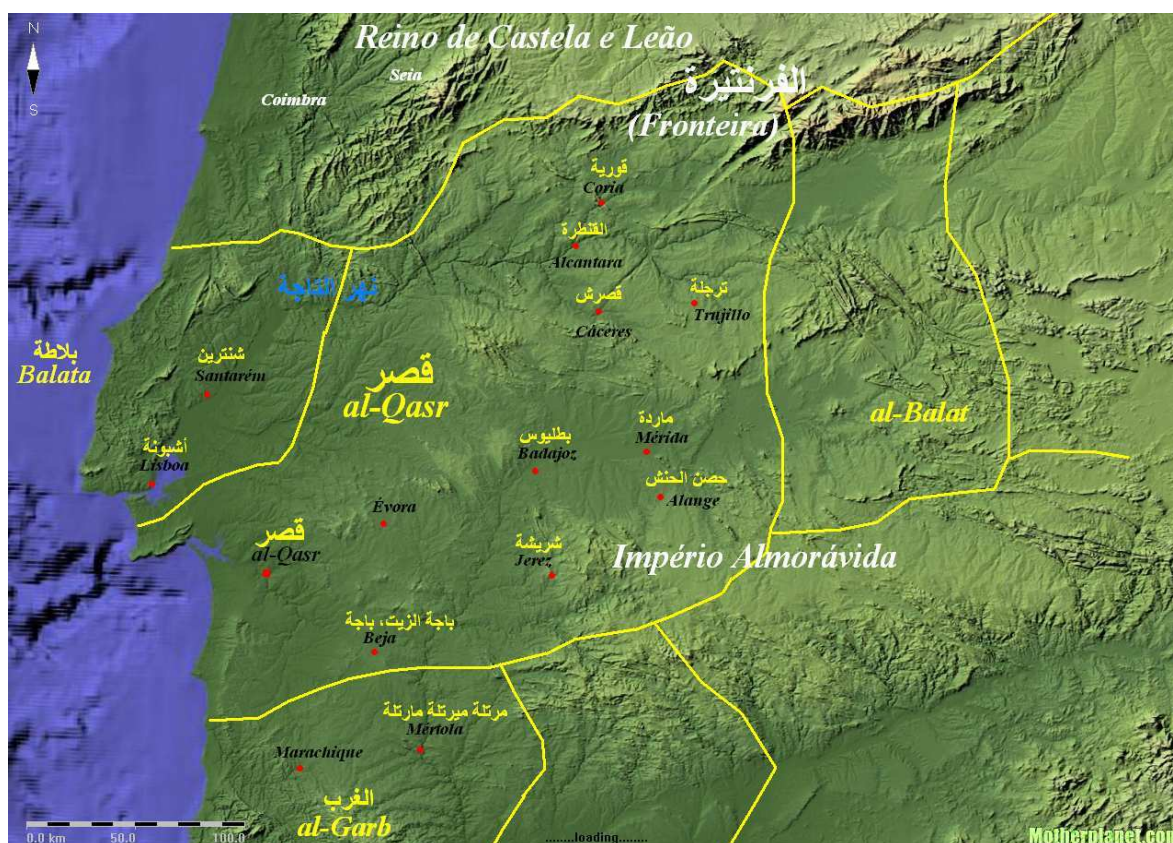
### 3.2. *Al-Qasr* em Contexto Almorávida: Alguns elementos

Apesar dos dados lacónicos que possuímos desta fase da nossa História Local, os dados disponíveis permitem consolidar o seguinte cenário:

- Em 1080, Alcácer fazia parte da Taifa de Badajoz, sendo o seu soberano *al-Mutawakkil*. Este rei taifa, apoiou activamente a expansão e anexação do *al-Andalus* pelos Almorávidas, especialmente na sua guerra e anexação que estes moveram contra a Taifa de Sevilha, sua eterna rival. Por esse facto, o emir almorávida decidiu poupar a Taifa de Badajoz, optando por respeitar a sua autonomia.

Inseguro em Badajoz, face à adesão cada vez maior dos seus súbditos à causa reformadora dos *Lamtūna*, *al-Mutawakkil* decide estabelecer um pacto com D. Alfonso VI de Castella, cedendo como pagamento as cidades de Santarém, Lisboa e Cintra.

Enfurecidos com este facto<sup>21</sup>, os almorávidas invadem a Taifa de Badajoz com o seu exército regular (*asâkir, adjnâd*), conquistando-a com o auxílio da população local. Como vingança mandam executar o soberano, os seus filhos<sup>22</sup> e familiares próximos.



13

Fig. Nº 5 - Limites aproximados do território alcacerense em contexto Almorávida, pouco depois de 1111, numa fase em que poderá ter sido a sede da Fronteira Ocidental (*Taghr al-Garb*).

<sup>21</sup> Na perspectiva islâmica, levada à prática pelos *Lamtūna*, o território muçulmano é sagrado, não podendo ser em caso nenhum alienado para os não muçulmanos. Quem ceder parcela deste território é considerado traidor e pagará com a sua vida.

<sup>22</sup> Escapou um filho de *al-Mutawakkil*, que fez frente aos almorávidas para vingar a sua família assassinada, mas que depois teve que fugir para território cristão, onde foi bem acolhido.

Em seguida dirigem-se para Évora e Alcácer.

Poderíamos pensar que a escolha de Alcácer para a nova sede do espaço administrativo recém incorporado no império dos *Lamūna*<sup>23</sup>, fazia parte da vingança almorávida contra os antigos soberanos de Badajoz, mas não podemos esquecer que grande parte da população local apoiou o novo poder Almorávida.



Fig. Nº 6 – Exército muçulmano, numa iluminura do século XIII. (Livro das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, Biblioteca do Escorial)

Assim sendo, por que razão Badajoz foi despromovida e escolhida Alcácer, a ponto de a nova unidade administrativa ter adoptado o nome da nossa cidade, numa mensagem clara para que toda a comunidade islâmica não tivesse dúvida nenhuma sobre a localização precisa da nova sede militar?

Podemos persistir na ideia de que foi uma atitude meramente vingativa sem valor estratégico e militar e que o novo poder imperial muçulmano ficaria na defensiva perante os cristãos.

As fontes contudo confirmam o contrário. O esforço de guerra almorávida no tempo de emir *Yūsuf b. T̄ šūfīn* neste sector do Andalus, foi investida para a conquista urgente das cidades cedidas pelos Aftássidas, especialmente Lisboa e Cintra, facto que aconteceu em Novembro desse mesmo ano de 1094.

---

<sup>23</sup> Que curiosamente, corresponde na totalidade ao reino Taifa Aftássida de Badajoz.

É neste esforço de recuperação de um território que tinha sido cedido ao rei cristão, que podemos aclarar a escolha de Alcácer.

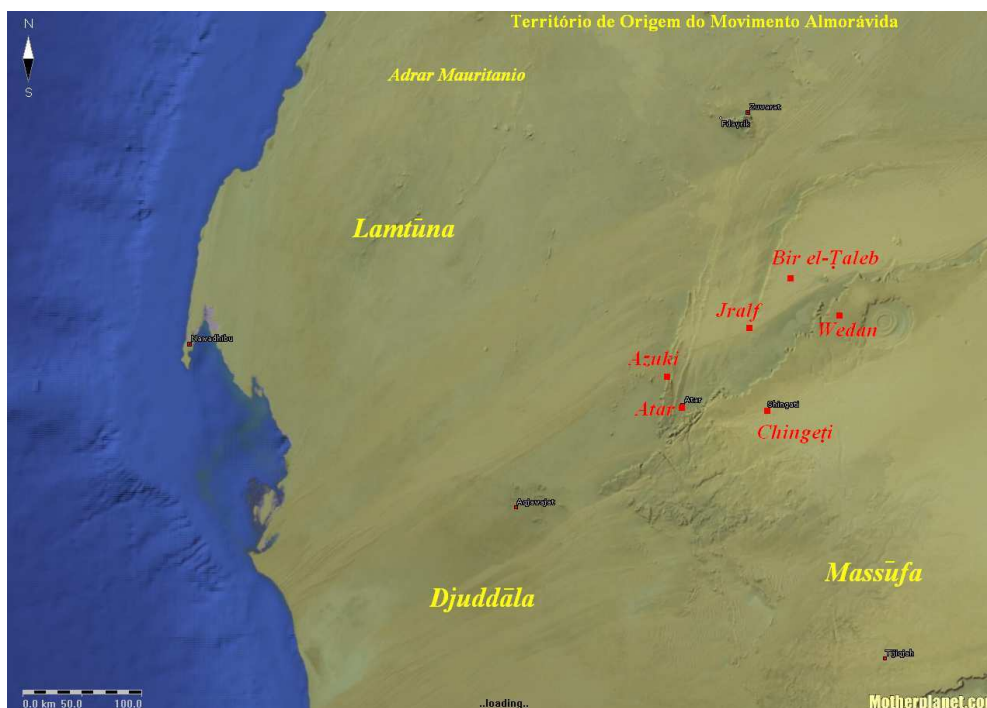
Vejamos o que terá acontecido.

A ideologia do movimento reformista Almorávida<sup>24</sup> apoia parte da sua legitimidade na guerra que tem que travar contra os cristãos<sup>25</sup>, logo existe urgência em recuperar Lisboa e Santarém, que na perspectiva islâmica tinham sido ilegalmente cedidas ao rei de Castela.

O que se procura é recuperar a legalidade em termos territoriais<sup>26</sup>.

Para esse efeito, Alcácer tinha a melhor localização geográfica. Fica imediatamente a sul de Lisboa, a dois dias de viagem e é porto de mar, podendo receber reforços e mantimentos da frota naval emiral que patrulhava o Atlântico, sediada em Sevilha, sede regional de todo o *Garb al-Andalus*.

Dado que as fontes são lacónicas em relação ao que se terá passado em Alcácer, vamos ver como era a postura do aparelho militar almorávida numa situação similar a esta, em que se procura conquistar um território hostil.



15

Fig. Nº 7 -Território de origem da guarnição berbere instalados em Alcácer. Deserto do Saara, na actual Mauritânia. (Adaptado de Bosch Vilá <sup>27</sup>)

<sup>24</sup> Segundo al-Bakri, Description, p. 311 " *Da'wat al-haqq wa radd al-mazālim wa qat'al-maghānim!*" *Propagandear a verdade, reprimir a injustiça, abolir os impostos ilegais*". Citado por Lagardere, 1998, Les Almoravides. Le Djihad Andalou, p. 163.

<sup>25</sup> Os almorávidas antes de chegarem a Alcácer, no *Garb al-Andalus*, já tinham uma longa história de "guerra santa" / *ijihad* contra diferentes formas heterodoxas do islão magrebino, nomeadamente contra os *Kharidjitas*, os *Barghawatas*, os *Badjalyyas*, a seita dos *Ghumara de Há-Mim* e contra dos adoradores de deuses, casos dos povos africanos negros da bacia do rio Níger (Ghana, Sudão e Mali). Quando chegam ao *Andalus*, tem que fazer frente e lutar contra os cristãos (*mushrikun*) Catalães, Aragoneses, Castelhanos e Portugueses. Lagardere, 1998 (Ob. Cit.) p. 163.

<sup>26</sup> Segundo o cronista oficial do emirato Almorávida, Ibn al-Sayrafi, citado posteriormente por Ibn Idhari, Ibn Kardabus, Ábd al-Wahid al-Marrakushi e outros autores até Ibn Abi Zar que viveu no século XIV " *A guerra liderada pelos almorávidas no al-Andalus era uma djihad al-ádwa, também seria uma 'amr al-djihad. Na realidade era um amor pela jihad (al-mahabba fi-l-djihad), que permitia abrir novamente as portas da jihad para os príncipes andaluzos que anteriormente tinham procurado fechar.*" Lagardere, 1998, (Ob. Cit) p. 168

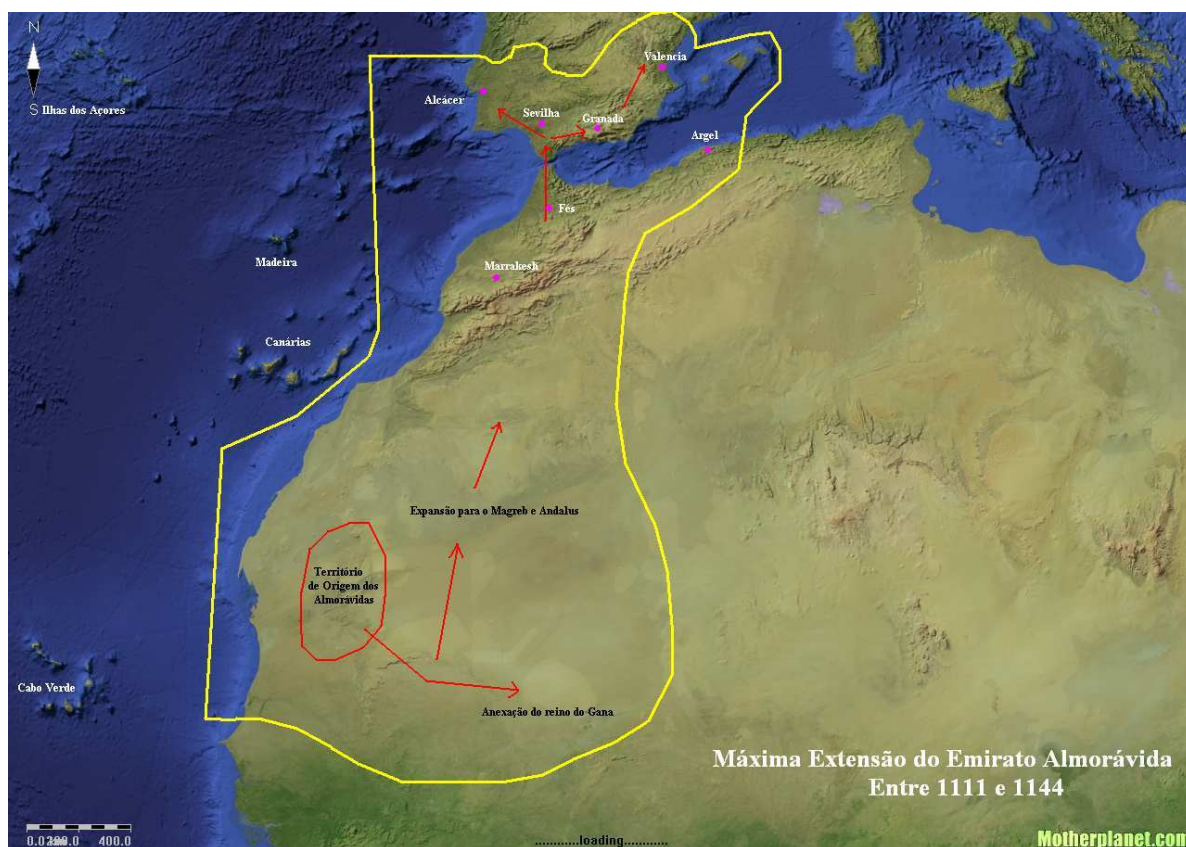
<sup>27</sup> Bosch Vilá, 1995. Los Almorávidas. Edición Facsímil de 1956, p. 55.

Tomemos como exemplo, como foi erguido sistematicamente o império almorávida no Magreb.

Primeiro eram estabelecidos redutos fortificados, que lhes permitisse concentrar tropas, armazenar armas e mantimentos antes de empreender a conquista de um novo território. Na realidade, a eleição de uma cidade e o reforço do seu sistema defensivo antecedia o domínio do seu território. Só depois é que se procedia ao reforço da fronteira.<sup>28</sup>.

Este modelo de actuação é perceptível na fundação de Marraquexe, eficaz para o domínio das tribos berberes problemáticas do Atlas.

No decurso do domínio Almorávida do Estreito de Gibraltar, estamos perante outro cenário semelhante. Optou-se por conquistar primeiro as cidades de Tânger, Ceuta em Marrocos e imediatamente Algeciras no outro lado do estreito, de forma a assegurar uma ligação segura entre o Magreb e o Andalus. Só posteriormente é que se procedeu à conquista do território envolvente.



16

Fig. Nº 8 – Versão simplificada do espaço governado pelos Almorávidas em meados do século XII, no auge da sua extensão máxima, após 1111, data da conquista de Santarém.

<sup>28</sup> Aguilar, 1997, IV Instituciones Militares: El Ejército, p. 203. El Retroceso Territorial de Al-Andalus Almorávidas y Almohades. História de España Tomo VIII-II.



Transporto este modelo de actuação para o extinto reino Taifa de Badajoz, propomos o seguinte quadro de actuação:

**1ª Fase** – Conquista da sede do reino taifa aftássida em 1094. Imediatamente os almorávidas mandam executar a família reinante dos *Banū I-Aftas*. Instalam-se fiéis representantes dos *Lamiūna* que inicialmente terão bastantes apoios na população local.

**2ª Fase** - Após a instalação de tropas fiéis em Badajoz, as tropas sob o comando de *Str ibn Abū Bakr* ter-se-ão dirigido para Évora, onde terão ficado instalados mais elementos leais aos almorávidas.

**3ª Fase** - Chegada das tropas almorávidas a Alcácer, que se instalam dentro da alcáçova do castelo.

Tendo como base os relatos da época e tomando como exemplo Granada ou Málaga, é provável que a entrada em Alcácer tenha sido pacífica e que seja a própria população a solicitar a adesão ao Emirato Almorávida. Não podemos esquecer que a presença cristã estava instalada em Lisboa. Num cenário optimista, os governadores Aftássidas de Alcácer e Évora, poderão ter sido exilado no Magreb, como era comum acontecer aos governadores destituídos, mas na realidade nada sabemos do que terá acontecido.

**4 Fase** – Análise do panorama militar da região.

Instalação e concentração das tropas almorávidas (*hushūd*) em Alcácer, à qual se juntou a guarnição local alcacerense (*al-djuyūsh al-andalusīya/al-qasr*). A estes, ter-se-ão juntado voluntários da fé, os *mutatawwī'ūn*, que ocupavam um lugar distinto e separado do corpo militar.

Natural reforço do sistema defensivo de Alcácer. Armazenamento de bens, armas e activação do seu porto. Começo de uma nova administração do território. Como base militar para a recuperação de Lisboa, é possível que o governador militar instalado em Alcácer, comece a enviar instruções aos outros chefes militares da região, para começarem a enviar mantimentos e reforçar o envio de mais homens.

**5ª Fase** – Avanço de tropas para os castelos da Arrábida. Reforço do sistema defensivo de Palmela, porque é aquele que tem melhor contacto visual com Lisboa e que pode controlar de forma mais adequada as movimentações cristãs.

**6ª Fase** – Conquista de Lisboa em Novembro de 1094. Purificação e consolidação militar da cidade.

**7ª Fase** – Por razões que desconhecemos, o poder Almorávida perde o domínio militar sobre esta região onde os senhores locais muçulmanos entram em rebelião.

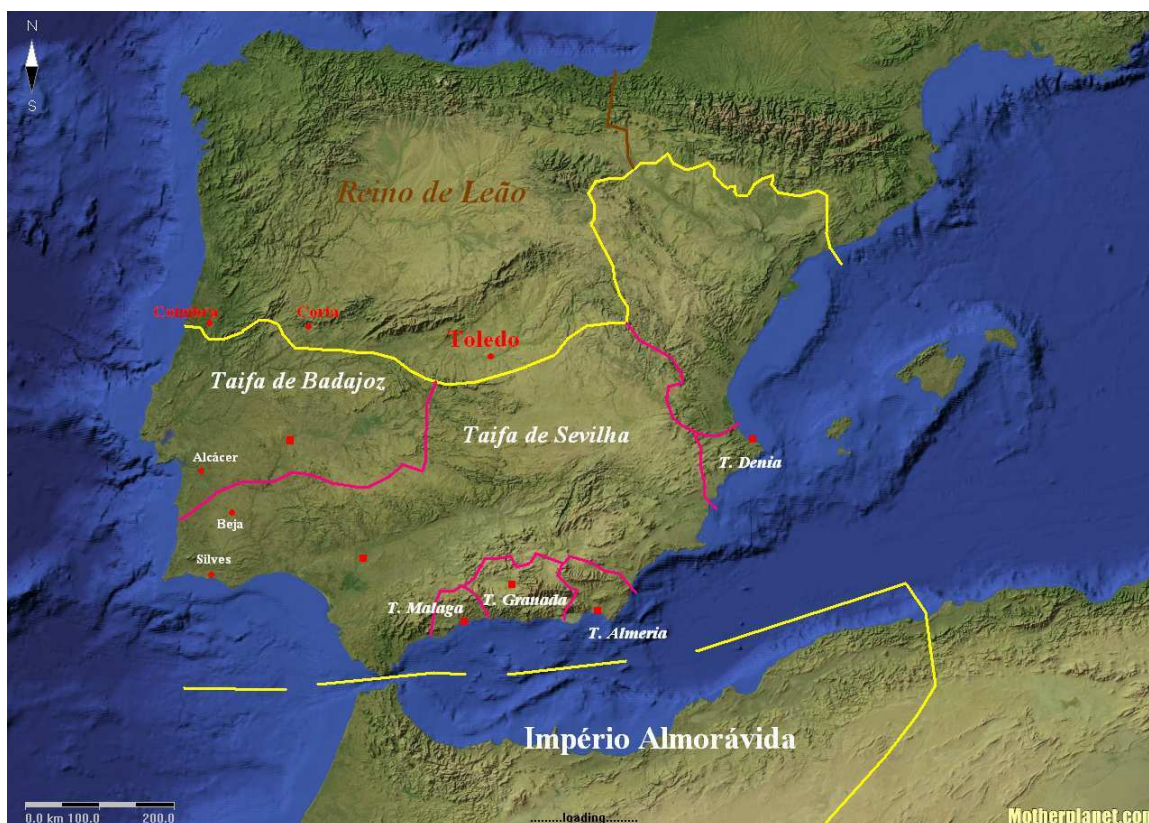
**8ª Fase** – Os Almorávidas são de novo obrigado a recuperar este território em 1111, começando por Badajoz, passando por Évora e incluindo Lisboa. Nesse mesmo ano de 1111 dá-se a conquista de Santarém aos cristãos. Sobre Alcácer é o silêncio total. Não sabemos se entrou em revolta ou se manteve fiel ao poder emiral magrebino?

### 3.3. *Al-Qasr*, sede militar do *Taghr al-Garb*, em contexto Almorávida

Apesar das fontes muçulmanas não serem claras neste assunto, avançamos a pela primeira vez a hipótese de Alcácer ter sido escolhida como sede militar da Fronteira Ocidental/*Taghr al-Garb*, após a anexação da taifa Aftássida.

Só assim podemos explicar o tamanho descomunal do território de fronteira governado a partir de Alcácer, coerente com o que era usual no *al-Andalus* desde o Emirato.

Não temos elementos documentais que nos falem de uma passagem da sede militar de Alcácer para Évora, antes ou depois de 1111.



18

Fig. Nº 9 - As principais Taifas do *Al-Andalus* após a conquista de Toledo em 1085.

A conquista cristã de Toledo motivou a intervenção dos Almorávidas no Andalus. Após uma fase de indecisão perante os poderes Taifas, os almóadas solicitam a legitimidade Emiral ao Califa de Abássida de Bagdad para poderem actuar livremente no Andalus. Essa solicitação é concedida por decreto. Na posse desse documento, os almorávidas actuam em conformidade, acabando por anexar os vários poderes autónomos andaluses, criando um bloco "*unido*" que fará frente aos reinos Cristãos Peninsulares.

O que as fontes nos transmitem é que em 1147, Évora era governada por *Sidr' y b. Wazir*, representante militar dos Almorávidas nessa cidade, que se revolta contra eles e solicita o reconhecimento de *Ibn Qasr*.

A resposta à questão formulada:

- *Se a sede militar almorávida passou ou não, de Alcácer para Évora, poderá residir na postura de desafio do senhor de Évora em relação aos almorávidas instalados em Alcácer e Sevilha e no nome que assume, Wazir, derivado de vizir, que significa, secretário.*

Vejam os detalhes desta questão.

Depois de uma primeira presença almorávida em 1094 e consolidação militar em 1111, com a conquista de Santarém, verificamos que o poder Almorávida mantinha-se graças à sua estrutura militar instalada nas principais cidades.



19

Fig. Nº 10 - Representação de muçulmanos Magrebinos de raça negra, a jogarem xadrez. (Livro del ajedrez..., de Afonso X, século XIII.).

Seria "grosso modo" deste modo que grande parte dos Almorávidas seriam vistos, tanto em contexto cristão como no al-Andalus.

Outro dos problemas, residia no facto dos Almorávidas<sup>29</sup>, não se misturavam com a restante população do Andalus. Mantinham uma postura de superioridade e distanciamento, cultivando a sua afinidade tribal (*aṣabijya*).

Este comportamento, naturalmente que desagradava à restante comunidade islâmica. Os almorávidas, berberes saarianos, com os seus turbantes que tapavam o rosto, eram vistos com respeito, mas também com muita desconfiança, porque tinham a fama de serem arruaceiros.

<sup>29</sup> As fontes muçulmanas são claras neste aspecto.

Como já foi referido, *al-Idrisi* afirma que Alcácer era sede militar e administrativa de um vasto território de fronteira.



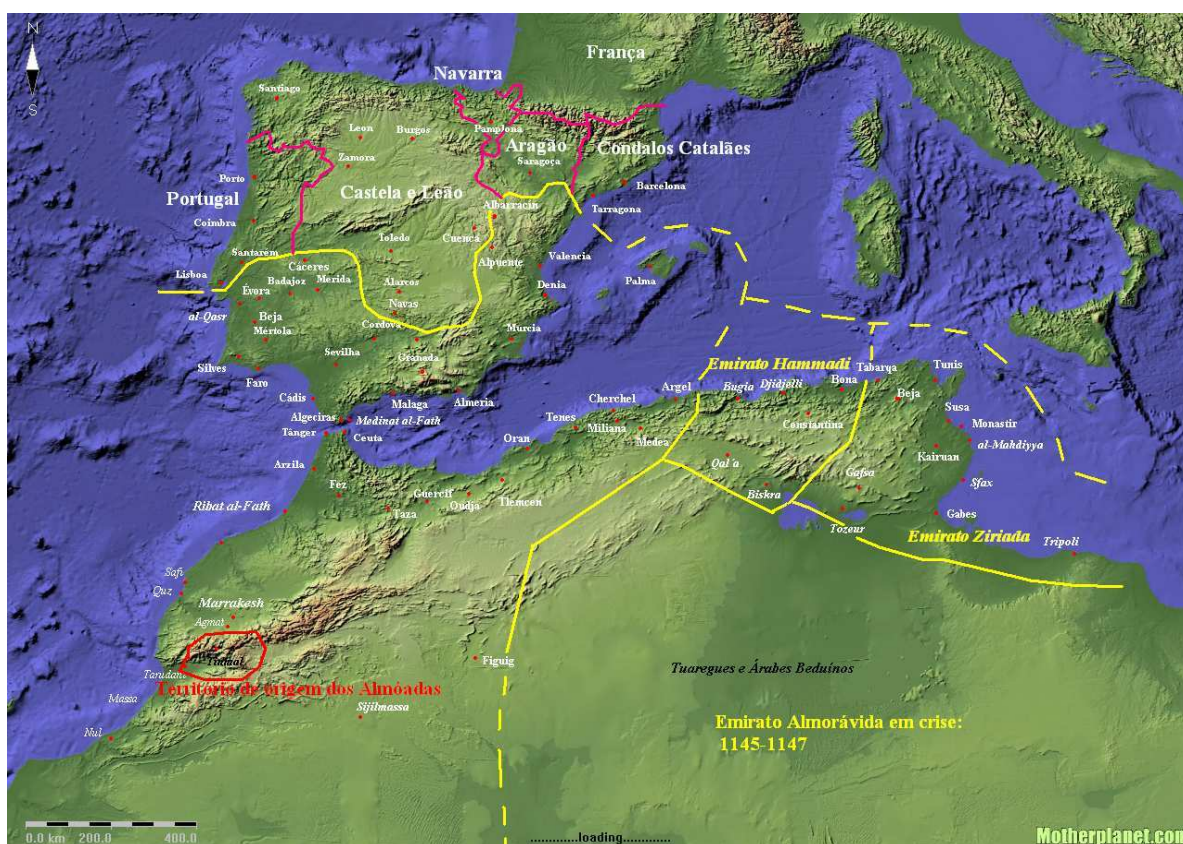
Fig. Nº 11 - Aspectos do quotidiano numa cidade portuária muçulmana, no século XIII, (Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, Biblioteca do Escorial)

Dentro do quadro de actuação do poder almorávida, temos que aceitar a presença de um governador e corpo militar puramente almorávida instalado na alcáçova do castelo de Alcácer, separado da restante população.

Segundo o *Hulul al-Mawshiya*, o emir almorávida *Ibn Tasfin* instruiu o seu filho no sentido de manter 17 000 soldados de cavalaria no *al-Andalus*, dos quais 7 000 distribuídos ao longo das fronteiras<sup>30</sup>.

Deste modo em Alcácer, estariam instaladas tropas berberes do clã dos *Lamtūna*<sup>31</sup>, que estariam inscritos num *dīw' n al-ġays*<sup>32</sup> ou *dīw' n al-tamīz*<sup>33</sup>.

Sabemos também, que os almorávidas/*Lamtūna*, tinham uma especial atracção por frotas navais e cidades portuárias, o que provavelmente reforça o seu especial interesse por Alcácer.



21

Fig. Nº 12 – O Emirato Almorávida em retrocesso territorial e fragmentação interna, após 1145.

<sup>30</sup> Carvalho, Faria e Ferreira (2008) (*Al-Qasr*) Alcácer do Sal. *Arqueologia e História de uma Madīna do Ġarb al-Andalus. Sec. VIII-XIII*. Edição Município de Alcácer do Sal (prelo)

<sup>31</sup> Estes eram o suporte tribal do Emirato Almorávida, contudo poderemos aceitar a presença de berberes provenientes das tribos *Massūfa* e *Gudāla* entre outras. Trata-se de tribos provenientes do deserto do Saara, especialmente da actual Mauritânia.

<sup>32</sup> Este facto permitia que os soldados recebessem de 3 ou de 4 em 4 meses um soldo. Este era geralmente distribuído durante a revista das tropas e consistia em dinheiro, armas, vestidos e outros bens necessários para manter o equipamento militar. Os impostos cobrados no território administrativo também serviam para este fim.

<sup>33</sup> I. D. Umar Mūsá, *al-Muwahhidūn fī l-garb al-islāmī*, pp. 167-168, citado por Aguilar, 1997, IV Instituciones Militares: El Ejército, p. 194. El Retroceso Territorial de Al-Andalus Almorávidas y Almohades. História de España Tomo VIII-II.

A existência de um governador militar almorávida, responsável pela gestão de um território tão vasto que chega quase até à vizinhança de Toledo, obriga à criação de uma estrutura burocrática coerente e pesada em Alcácer, mas também irá obrigar a que seja escolhida uma outra cidade que lhe seja próxima e fiel, para instalar parte da estrutura militar e delegar outras funções governativas, a cargo de um vizir/secretário de confiança do governador alcacerense.

É provável que Évora<sup>34</sup> tenha sido escolhida, dado que reunia pessoas com a prática e conhecimentos jurídicos habilitados a esse fim.

Importância de um cargo de vizir, que será atribuído a um elemento da elite eborense e a prática hereditária que ela encerra, talvez tenha contribuído para que essa denominação funcional entrasse para o nisba do clã designado para desenvolver essa função.

Pensamos que terá sido esta a origem do nome *Wazīr*, que será mantido nas gerações seguintes, dando origem ao clã dos *Banū Wazīr*.

Face ao exposto, defendemos que a sede de governo militar em contexto Almorávida tenha sido mantido em Alcácer. A extinção desta função só acontece após a revolta de *Sidr' y b Wazīr*, iniciada em Évora, porque perde sentido.

### 3.4. A Taifa Alcacerense

22

Por volta de 1145, ou no ano seguinte, os últimos representantes oficiais do poder almorávida instalados na alcáçova do castelo de Alcácer, terão sido dizimados ou expulsos da cidade, pela elite local.

Nesta primeira fase, o poder terá sido assumido pelas famílias locais, contudo as rivalidades entre elas não terão permitido uma transição pacífica do poder.

De forma a evitar conflitos internos, era usual na época as elites citadinas solicitarem a protecção de um senhor ou poder exterior à cidade, desde que fosse benéfico para ela. É provável que numa fase inicial a escolha tenha caído no clã dos *Banū Wazīr* de Évora.

Esta união de interesses, cuja existência deduzimos com base nas fontes cristãs que relatam a conquista de Lisboa em 1147<sup>35</sup>, tinha imensas vantagens para a nossa cidade, dada a aliança existente entre *Sidr' y* e D. Afonso Henriques, que permitia a este último desistir de um avanço para sul.

---

<sup>34</sup> Évora em contexto califal e taifa, sempre foi um centro cultural e político muito importante e terra de vários poetas. Em termos rituais de passagem do poder em contexto Aftássida, o herdeiro antes de assumir o poder em Badajoz, tinha que mostrar o que valia como governador de Évora. É pois natural que quando o poder passa de Badajoz para Alcácer, que Évora mantenha o seu prestígio como segunda cidade mais importante da região e que assuma o vizirato.

<sup>35</sup> Segundo o relato da conquista de Lisboa efectuada em 1147, ficamos a saber que Lisboa seria uma cidade autónoma após a queda do poder almorávida e que procurou uma aliança com *Sidrāy b. Wazīr* durante o cerco, contudo este não aceitou dada a aliança que existia entre o rei português e *Sidrāy*. A conquista e quase devolução de Palmela, em moldes pouco claros, parecem demonstrar a existência e prática destes acordos, sugerindo que nesse ano Alcácer estaria debaixo do poder ou aliança do senhor de Évora, que nas fontes islâmicas da época recebe o título de Emir do Garb, tendo cunhado moeda em Évora e Beja.

O próprio *Ibn Wazīr* afirma em missiva enviada ao governador muçulmano de Lisboa<sup>36</sup>, que nada podia fazer, porque é aliado de D. Afonso Henriques.

Segundo as fontes cristãs coevas da altura, a “*conquista*” do castelo de Palmela, terá sido mais uma consequência do abandono da praça-forte<sup>37</sup>, do que propriamente uma acção planeada pelo rei português. O certo é que pouco depois, está de novo em posse islâmica.

Este facto, mostra até que ponto seria grande a fragmentação política do *Garb*, em luta contra o centralismo Almorávida e em sobrevivência perante o avanço Português.

Os jogos de alianças, entre as elites islâmicas e o primeiro rei de Portugal, permitiam margens de manobra, que permitiriam darem expressão a autonomias, desde que isso fosse do interesse das “*elites locais*”.

Foi o que efectivamente terá acontecido em Alcácer.

Com base em documentação muçulmana e cristã coeva, supomos que entre 1151 e 1152, a elite alcacerense tenha saído da subordinação de *Ibn Wazīr*, tornando-se uma Taifa autónoma em termos políticos. Este pouco pode fazer, porque está em conflito activo com os seus antigos aliados, agora fortemente instalados em Badajoz, Mértola e Silves.

Esta fase, que vai desde 1151 a 1157, continua obscura por falta de fontes, contudo é de realçar que é no decurso deste período que os portugueses tentam por duas vezes a conquista da cidade.

Este facto parece demonstrar a existência de uma elite muçulmana alcacerense autónoma, com frota naval, que persiste em ser hostil aos Portugueses, ameaçando a costa portuguesa em actos de pilhagem, como é referido na Crónica de Compostela.

A segunda tentativa terá ocorrido em 1157, meses antes da chegada do aliado de D. Afonso Henriques a Alcácer e contou com a ajuda de uma armada de cruzados a caminho da Terra Santa.

Seguindo José Mattoso<sup>38</sup>, esta cruzada talvez fosse dirigida por Teodorico da Alsácia, conde de Flandres, que chegou a Antioquia em Agosto ou Setembro de 1157. De notar que o filho de Teodorico, Filipe da Alsácia casou com a infanta Teresa em 1184, mostrando o bom relacionamento existente entre o rei Português e o conde de Flandres.

Mas se a autonomia política Taifa em Alcácer é conseguida, encontrar alguém para assumir o poder terá sido mais problemático.

É provável que entre 1151 e 1157 o governo da cidade tenha estado nas mãos da elite alcacerense, contudo a persistência dos ataques portugueses e a resposta que os alcacerenses dão em forma de ataques navais à costa portuguesa, começam a erodir a coesão social e a economia da medina.

Sob pressão e quase sem forças para aguentar a pressão militar portuguesa, os alcacerenses são obrigados a convidar um chefe militar que seja exterior às suas redes familiares e que seja aliado ou mantenha uma trégua com o rei português.

A escolha recai em *‘Alī al-Wahībī*, chefe militar oriundo de Tavira, que movia uma guerra no Algarve, contra o poder central Almóada.

---

<sup>36</sup> Durante o cerco português, em 1147

<sup>37</sup> Segundo as fontes, a guarnição muçulmana foi buscar refugio a Alcácer.

<sup>38</sup> Obra citada, 2007, p. 283.

Este deixa Tavira em 1158 após ter aceitado tacticamente a soberania almóada em Tavira.

Um dos trunfos deste militar de Tavira, residiria no facto de ser dono de uma frota naval e recursos militares de grande necessidade para a defesa de uma cidade como Alcácer, contra o expansionismo almóada e conter o avanço português.

Pelos dados disponíveis, *'Al-Wahibi* deixa Tavira e instala-se em Alcácer nesse ano 1158, data que as crónicas portuguesas indicam como sendo a primeira conquista cristã da cidade<sup>39</sup>.

Esta afirmação permite supor que a Taifa de Alcácer seria entendida por D Afonso Henriques como um género de “ *feudo vassalo*”, comportando-se como continuação natural do Reino

Português, numa perspectiva de “ *Marca Fronteiriça*”, aumentando deste modo a defesa da recém conquistada cidade de Lisboa.

Esta situação tinha imensas vantagens para o rei português. Estava assegurado o ingresso precioso de recursos monetários e evitava-se despende tropas cristãs, para assegurar o domínio de um espaço “ *tampão*”, entre o Reino de Portugal e o Império Almóada.



Fig. Nº 13 - Jogo de xadrez entre um cristão e um muçulmano.

Por vezes, cristãos e muçulmanos conviviam entre si, como é mostrado nesta iluminura do Livro de ajedrez..., de Afonso X, século XIII, Biblioteca do Escorial.

---

<sup>39</sup> Khawli, 2001, *Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)*, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, p. 31



Será provavelmente a grande pressão exercida sobre *'Ali al-Wahībī* efectuada por D Afonso Henriques, obrigando-o a impor medidas impopulares para cobrar impostos “*ilegais*” à luz do direito corânico, que terá contribuído para o seu assassinato pela elite alcacerense, em meados de 1160.

Não temos elementos claros que nos permitam delimitar o território governado por Alcácer após 1151 e durante a Fase *Wahībī*.

Com base nas fontes cristãs e muçulmanas, poderemos supor que a norte dominava os castelos da serra da Arrábida. Para sul e para o interior alentejano os limites são mais problemáticos. Se tomarmos como indicador a documentação de D. Sancho I que delimita o território Alcacerense após a conquista de 1160, partindo do princípio que respeita o espaço administrativo em contexto ulterior islâmico, como era normal na época, verificamos que a fronteira sul atingia o rio Mira e que para o interior ia até Alvalade, Odivelas, Torrão e Cabrela.



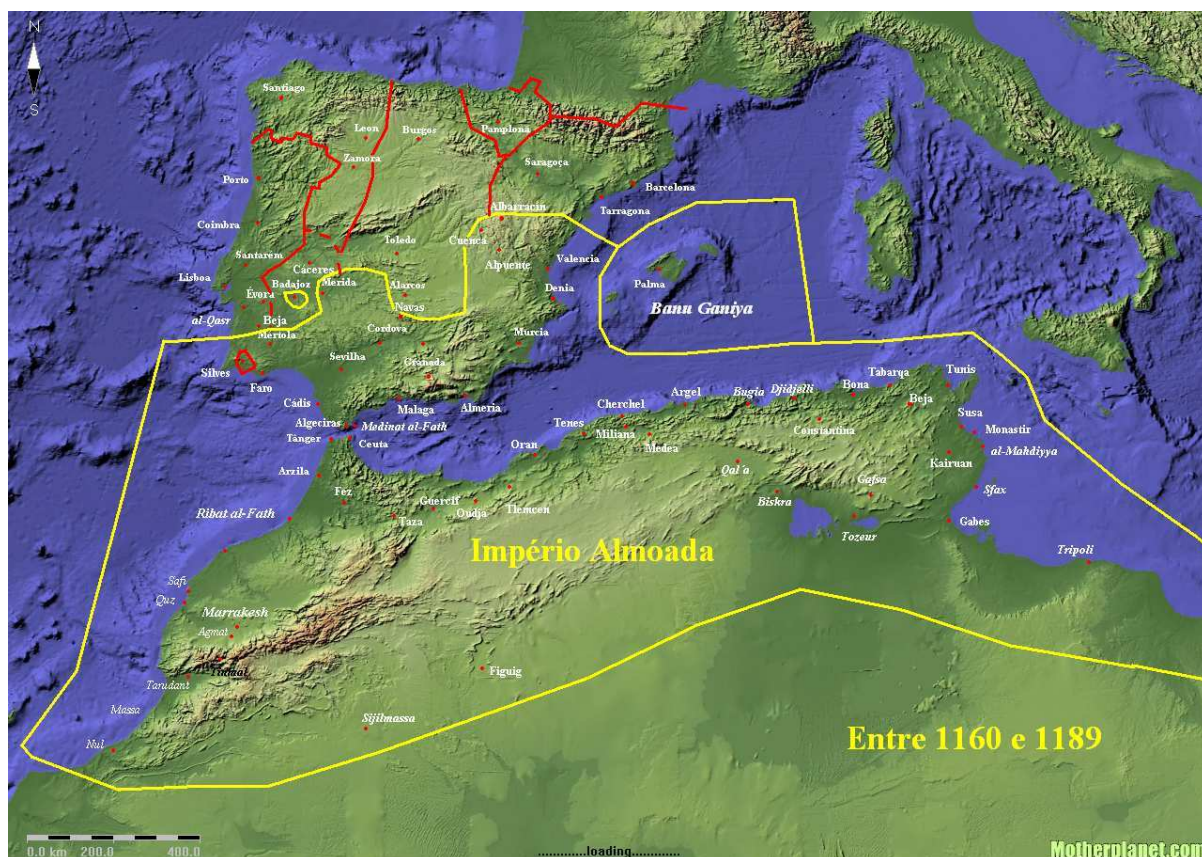
25

Fig. Nº 14 – Provável limite sul da Taifa Alcacerense.

#### 4. Da primeira conquista cristã de Alcácer, até à sua recuperação pelos muçulmanos. (1160-1191)

O desaparecimento físico de um importante aliado, numa cidade estrategicamente situada a sul de Lisboa, que está na meta de conquista do império almóada, inquieta o rei português.

Perante essa hipótese, D. Afonso Henriques decide empreender a sua conquista, mesmo sem ajuda exterior.



26

Fig. Nº 15 - Alcácer durante a "Primeira Fase" de domínio português (1160-1191).<sup>40</sup>

Ter-se-á tratado de uma decisão de última instância, dada a urgência da situação.

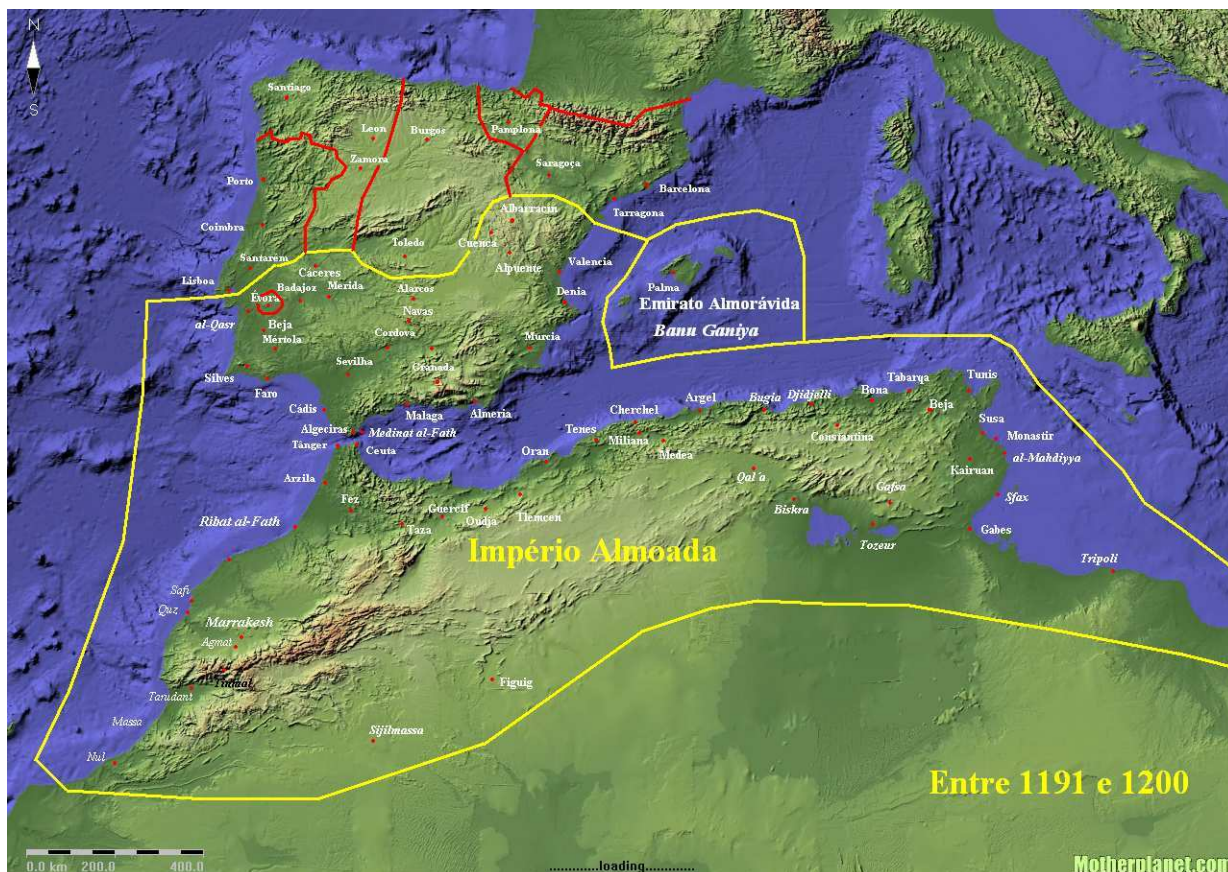
A acreditar nos Anais de D. Afonso Henriques e seguindo de novo a leitura de José Mattoso, Alcácer foi por fim conquistada após um cerco de 2 meses, sem auxílio de cruzados, não em 1158, mas sim em 1160<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> As fronteiras terão variado ao longo deste período, contudo, pouco terão fugido deste quadro agora apresentado. As grandes alterações na linha de fronteira, tem a ver com a inserção na "esfera portuguesa" das conquistas feitas por "Geraldo Sem Pavor", na actual Estremadura Espanhola, e na alternância de poder exercido sobre Beja, espaço de fronteira vizinho de Alcácer. Silves era um enclave português em espaço muçulmano, que durou até 1191, até ter sido recuperado pelos almóadas, num destino semelhante a Alcácer.

<sup>41</sup> Mattoso, 2007, Ob. Cit. Pp. 283 e 284.

O que sabemos, é que após a conquista da cidade, não terá sido tentada a anexação do restante território alcacerense. Na realidade, os escassos recursos militares portugueses terão sido insuficientes para tentar dominar o restante território até à serra da Arrábida, o que permite explicar que durante os 5 anos seguintes, Alcácer seja um enclave português em espaço islâmico.

Os Anais Portugueses referem a conquista cristã dos castelos da Arrábida, (Palmela e Sesimbra) somente em 1165.



27

Fig. Nº 16 - Localização de Alcácer, após a conquista de 1191, dentro do espaço imperial almoada.

Mas se lhe faltam recursos militares para o domínio efectivo do vasto território rural, nada impede que bandos de aventureiros cristãos e tropas do rei português tentem a sua sorte na pilhagem do espaço ainda em poder islâmico.

É efectivamente o que terá acontecido com Beja, segundo as fontes cristãs e confirmado nas fontes muçulmanas.

Segundo os Anais de D. Afonso Henriques, em 1162, ou seja dois anos após a conquista de Alcácer, dá-se a conquista de Beja na véspera da festa de santo André (30 de Novembro) numa acção nocturna comandada por Fernão Gonçalves e apoiada em cavaleiros-vilão de Coimbra a que se terão juntado cavaleiros-vilão de Santarém.

À semelhança do que acontecia nos reinos cristãos vizinhos, estes bandos irregulares, estabeleciam acordos com os reis cristãos, chegando ao ponto de também estabelecerem alianças com os almóadas.

A conquista de Beja, antes da conquista de Évora ou dos castelos da Arrábida mais próximos a Lisboa, deve ser entendido como uma acção de pilhagem, o que é demonstrado pelas fontes, quando insistem que as tropas portuguesas ficaram na cidade 4 meses e oito dias, até esgotarem os mantimentos. Depois abandonaram-na, arrasando as muralhas<sup>42</sup>.

Alcácer transformava-se assim nestes 31 anos de domínio português, numa base para efectuar o saque sistemático do espaço rural e urbano de fronteira ainda em posse islâmica, não lhe interessando muito em ocupar o espaço rural.

Do lado islâmico também havia grupos desta natureza, que sempre que podiam atacavam Alcácer.

A conquista cristã de uma cidade muçulmana, neste caso Alcácer, implica uma transformação desta, para dar resposta às novas funções que lhe são atribuídas.

Por outro lado, se em termos militares, as estruturas defensivas islâmicas são aproveitadas, no âmbito das práticas religiosas, é necessário efectuar "*rituais de purificação*", a começar pela transformação da mesquita da medina em igreja cristã, quase sempre dedicada a Santa Maria.

Os esforços e os escassos recursos existentes, terão sido empregue em contexto urbano, nomeadamente na alcáçova, que será transformada em castelo cristão. A mesquita principal será adaptada ao culto "*Mariano*" e muito provavelmente, uma significativa parte da malha urbana será adaptada, de forma a receber de forma adequada os novos povoadores.

Terá existido uma carta de Foral, concedida por D. Afonso Henriques, que entretanto desapareceu. A prova da sua existência é-nos dada no texto do Foral Afonsino de Palmela de 1185, que textualmente diz "*... cartam habitatoribus de Palmela per illud forum de Elbora, et de Alcazar, et de Ablantes roto et confirmo*" (Barros, Silva e Costa 2005, p. 51 e Carvalho, 2007, p. 3).

Parte da comunidade muçulmana terá ficado, dado que se encontrava protegida por uma Carta de Mouros Forros, onde expressamente são citadas as comunidades mujedares de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer<sup>43</sup>.

Enquanto a presença cristã é consolidada em Alcácer e nos castelos da Arrábida, é assinado em 1174, uma trégua de 5 anos entre portugueses e almóadas, recebendo estes últimos uma cidade de Beja, arruinada e abandonada.

Pouco depois, o califa *Abū Yaʿqūb*, em Sevilha, na presença de algumas famílias importantes de Beja, ordena a estas o repovoamento da cidade, prometendo que em breve enviaria uma guarnição almóada com as respectivas famílias.

A alcáçova de Beja é recuperada com a ajuda de 500 homens provenientes de Silves, chefiados por *ʿUmar b. Tīmṣālit*.

---

<sup>42</sup> Mattoso, 2007, Ob. Cit. P. 297-299.

<sup>43</sup> ULIXBONA, ALMADANA, PALMELA, ALCAZAR MAURORUM IBI LIBERE DEGENTIUM FORALE, datado de 1170 (Flores e Nabais, 1992, pp. 41-51)

O objectivo muçulmano é de transformar Beja numa praça militar, que em articulação com Serpa, Moura e outras praças militares, possa servir de trampolim para a recuperação de Alcácer e Évora.

É o que vai ser tentado em 1178, quando o reconduzido governador de Beja, o berbere *ʿUmar b. Tīmsālī* e o governador de Serpa, *ʿAlī Ibn Wazīr*, aproveitando a presença de tropas portuguesas com príncipe D Sancho na região de Sevilha, organizam uma expedição contra Alcácer, da qual saem derrotados e são aprisionados pelos portugueses.

Temendo represálias do exército cristão, Beja foi de novo abandonada e os seus habitantes refugiaram-se no castelo de Mértola.

Em paralelo e esta tentativa, assiste-se durante o Califado de *Abū Yaʿqūb Yusuf*, entre 1170-80, a um conjunto de expedições navais, quase todas contra Lisboa, segundo as fontes, nomeadamente em 1179, 1180 e 1184, não sendo de excluir ataques a Alcácer.

Em termos logísticos, a queda de *al-Qaṣr* em 1160, tinha retirado à armada almóada uma importante base naval no Atlântico, sendo esta obrigada a socorrer-se de ancoradouros secundários, como poderá ter sido o caso de Sines, apoiado no interior do território pelo castelo de Santiago de Cacem.

Entretanto, a audaciosa conquista de Silves pelos portugueses, com o auxílio de cruzados, vai contribuir para a dispersão de recursos humanos e a um natural desgaste do aparelho militar português, não sendo surpreendente a sua derrota e o retrocesso territorial português verificado, após a conquista de Alcácer e da Arrábida pelas tropas califais almóadas, em 1191.

Após essa data, as fronteiras portuguesas recuam para a linha do Tejo. A sul, resiste Évora, isolada em território muçulmano.

## 5. A presença Almóada em *Qaṣr al-Faḥ*.

No mês de Abril de 1191, um exército chefiado pelo califa *Abū Yusuf Yaʿqūb al-Manṣūr*, parte de Sevilha e chega por via terrestre a Alcácer em Junho.

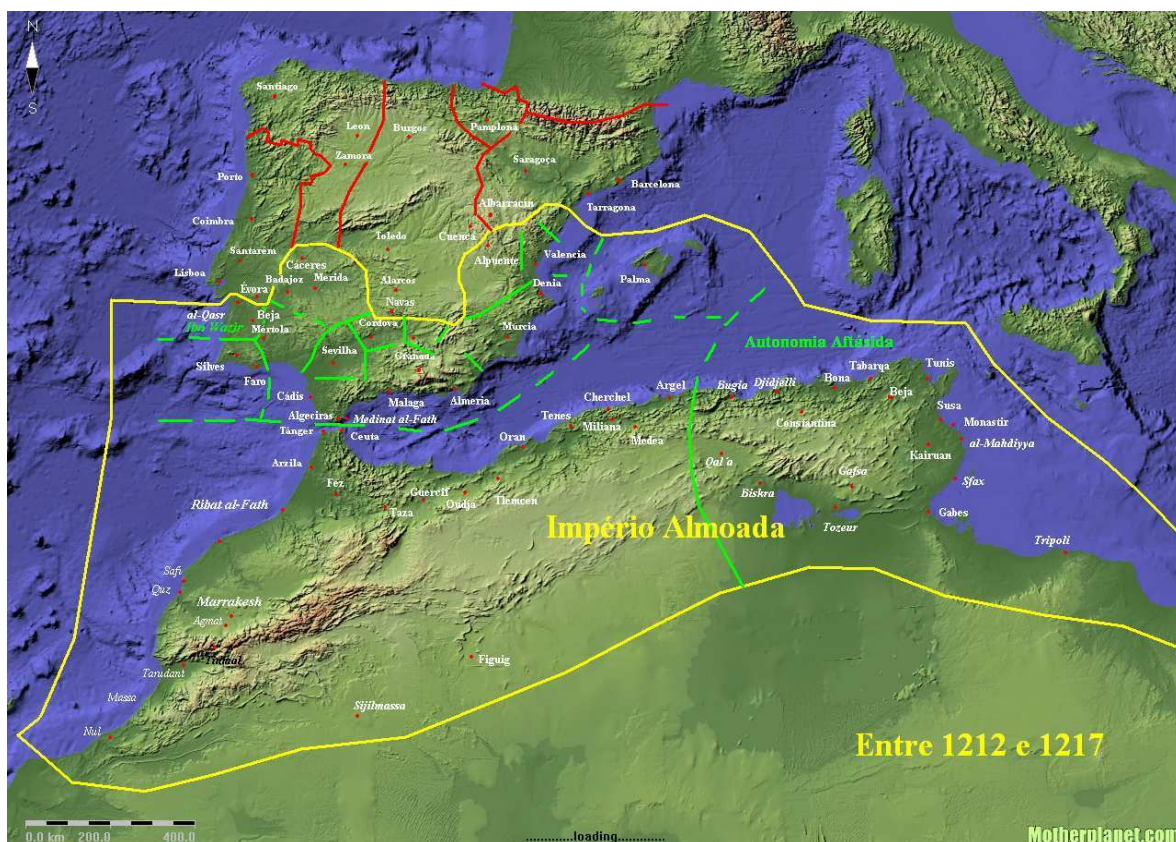
A conquista não foi fácil e só depois do desembarque da frota naval muçulmana e a montagem de aparelhos de guerra para o assalto final, a guarnição portuguesa solicita a rendição, que é aceite pelo califa.

À semelhança do que tinha acontecido 30 anos antes, a cidade é de novo purificada, mas em sentido contrário, de modo a torna-la novamente em medina islâmica.

Apesar do silêncio das fontes directamente relacionadas com Alcácer, as obras mais visíveis desta alteração urbanística, prendem-se com a estrutura defensiva da cidade, que ainda hoje marcam a paisagem urbana e condicionam a sua evolução.

Por outro lado, sabemos que o califa tinha planos precisos para Alcácer.

Não nos parece inocente, a nova designação de *Qaṣr al-Faṭḥ*<sup>44</sup> atribuída a Alcácer. A leitura tradicional interpreta esta denominação, como estando associada à dificuldade da sua conquista.<sup>45</sup>



30

Fig. Nº 17 - A "autonomia" política e administrativa Alcacerense, após a derrota muçulmana de 1212, em Navas de Tolosa<sup>46</sup>.

Terá havido outras situações mais complexas de conquista por parte dos almóadas, mas nem por isso as cidades ou os castelos nessas situações, receberam a designação de *al-Faḥ*, expressão que tem claras conotações sagradas.<sup>47</sup>

Este dado, terá implicado a nosso ver, uma "valorização" da cidade na mentalidade islâmica da época, não sendo de estranhar expressões de tristeza de autores muçulmanos, que comentam a sua

<sup>44</sup> *Palácio do Esforço/Vitória, Virtuoso para Allah*

<sup>45</sup> Não à dúvida que a sua conquista não foi fácil e que só resultou, após a chegada de reforços por via marítima.

<sup>46</sup> Alguns investigadores negam a formação de Reinos das III Taifas no *al-Andalus*, imediatamente após o desastre de 1212. Outros assumem que foi isso que efectivamente aconteceu. O que as fontes nos transmitem é a "paralisação do aparelho militar califal" após essa data e o assumir da autonomia militar por parte de alguns governadores muçulmanos ao longo da fronteira, caso dos *Banu Wazir* de Alcácer. No caso alcacerense, julgo que tendo em conta a "obediência ao poder imperial" não se pode falar de dissidência política formal, contudo face a um claro vazio e de legitimidade do "poder central", *Ibn Wazir* governa na prática o seu território como um soberano autónomo. Essa postura de exercício da actividade política era apreendida claramente no Reino Português, daí o efeito de propaganda que teve a "falsa" conversão ao cristianismo por parte de *Abd Allah Ibn Wazir*, após a conquista de 1217 e que é relatada nas fontes cristãs (Khawli, 1997). Para os cristãos, *Ibn Wazir* não era um simples governador, mas sim um "Rei Mouró".

<sup>47</sup> Trata-se de um privilégio, que num espaço imperial espalhado por dois continentes, só foi atribuído a Rabat, capital imperial almóada e a Gibraltar, a porta de entrada no *al-Andalus*. Chegamos à conclusão, que a conquista de Alcácer, obedeceu a designios especiais dentro do programa dogmático da "Doutrina Almóada". Outro dado, que permite reforçar esta hipótese, prende-se com a recusa de auxílio que o califa almóada expressou a Saladino, quando este pediu reforços para a conquista de Jerusalém, a 3 cidade sagrada do Islão, numa altura em que este, estava a preparar a sua armada para a conquista de Alcácer.

perca em 1217, equivalente ao desastre almóada de Navas de Tolosa, ocorrido anos antes, em 1212.<sup>48</sup>

Para além de uma clara propaganda oficial que esta designação, *al-Fath*, implica, a análise que fazemos em relação às outras duas medinas que possuem esta alusão toponímica à “vitória”, caso de *Ribat al-Fath*<sup>49</sup>/Rabat e *Medinat al-Fath*<sup>50</sup>/Gibraltar, parecem-nos claras num ponto:

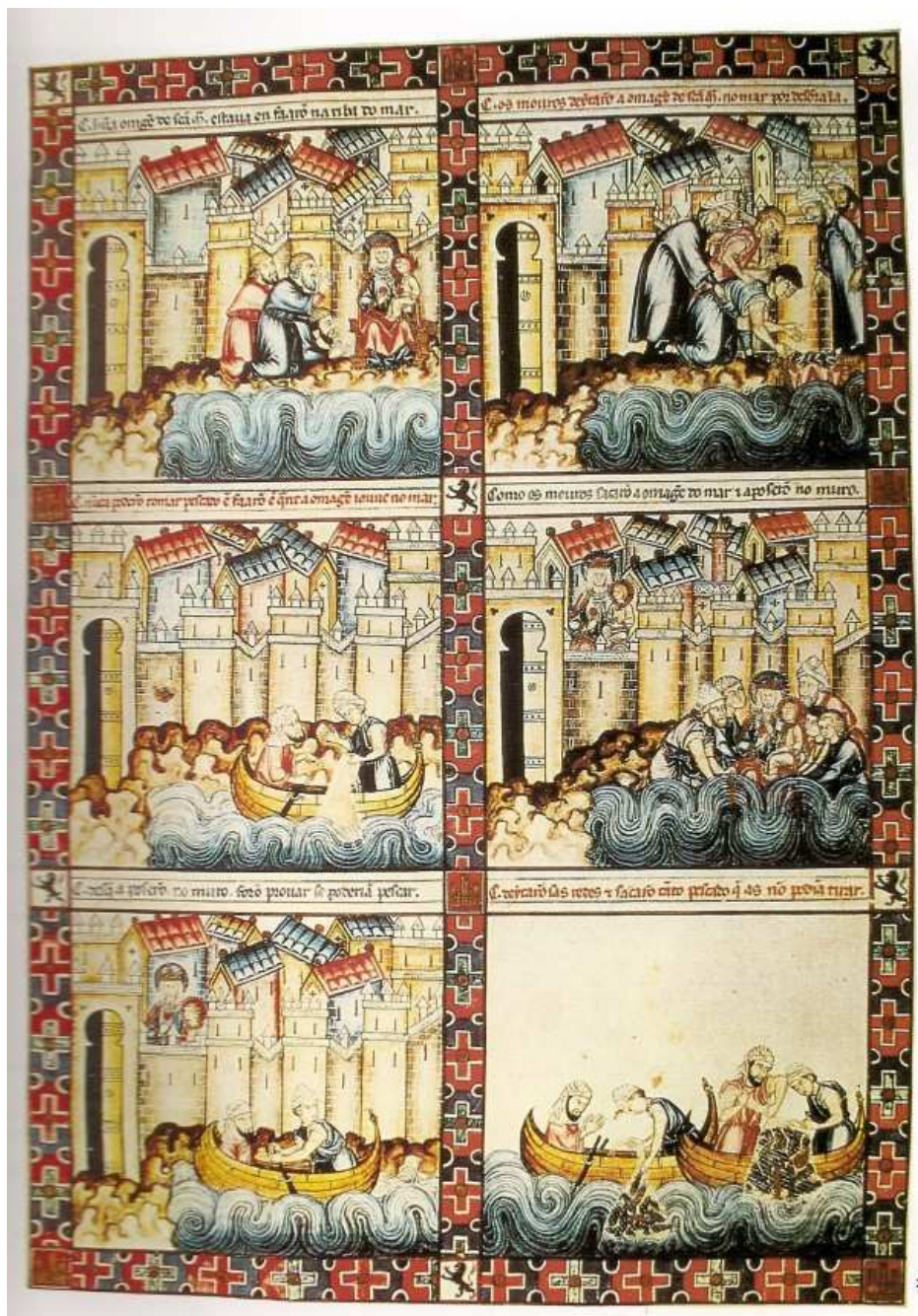


Fig. Nº 18 - Aspectos do quotidiano numa cidade portuária muçulmana no século XIII. Exemplo da cidade de Faro, nas Cantigas de Santa Maria de Afonso X.

<sup>48</sup> Esta batalha implicou o fim da estrutura imperial/militar dos Almóadas no *al-Andalus*

<sup>49</sup> *Convento do Esforço/Vitória, Virtuoso para Allah*

<sup>50</sup> *Cidade Palatina do Esforço/Vitória, Virtuoso para Allah*

- Trata-se de medinas/cidades portuárias, estrategicamente localizadas, claramente ligadas ao poder central almóada e que serviram de apoio à guerra santa. Se no âmbito do aparelho militar muçulmano, a função militar é clara, ficamos perplexos, quando as fontes nos informam que à frente de Alcácer ficou um cliente dos almóadas, mas de origem local, Ibn Wazir.<sup>51</sup>

Não entrando em análises historiográficas, o que importa realçar é que estamos novamente perante uma base militar para a “Guerra Santa”, como tinha acontecido ulteriormente em contexto Almorávida.

O que é novo na nossa análise, é de propormos a hipótese de em Alcácer se ter privilegiado a componente naval, na guerra contra o Reino de Portugal:

- Podemos deste modo falar de base militar vocacionada para uma “Ghiad Marítima”. De notar que em 1217, um dos argumentos evocados pelo Bispo de Lisboa para a recuperação de Alcácer, era a acção nefasta da sua armada contra as costas portuguesas.

## 6. Introdução ao Quotidiano Alcacerense em contexto Almóada.

### 6.1. A medina

Quando falamos de Alcácer, nesta fase terminal do poder islâmico, de que tipo de cidade estamos realmente a falar?

Se a nossa base documental repousar unicamente nas fontes dos autores muçulmanos medievais, o que temos acesso é unicamente um relato lacónico da conjuntura política, realçando o que era mais importante para a mentalidade da época, ou seja:

- Estamos em presença de um documento de propaganda, usual à época, onde é realçado o poder califal vitorioso, segundo os desígnios de Allah<sup>52</sup>, relatando a conquista de Alcácer, como ela terá sido difícil e por fim, o papel do soberano em pessoa, para a reabilitação da cidade, transformando-a numa base militar, símbolo máximo do seu poder neste sector do Garb al-Andalus. Ficamos a saber, que ficaram estacionadas tropas do aparelho militar califal na cidade e que o seu governo, recaiu em Muḥammīd b. Sidr y b. Wazīr, individualidade com forte presença familiar no Ġarb e do círculo de amizade pessoal do califa. Por fim, sabemos que a cidade era abastecida directamente e por via naval, por Ceuta e Sevilha, segundo ordem estipulada pelo califa.

---

<sup>51</sup> Trata-se de uma situação anómala, dado que a prática seria entregar Alcácer a um elemento da família ou clã do Califa. Sabemos que os *Banu Waziri* tinham uma posição de destaque na corte e talvez isso explique a responsabilidade e poder que retomam, quando ficam à frente de Alcácer e do seu território, numa postura de grande autonomia, a ponto de subverter algumas práticas políticas da época.

<sup>52</sup> Não se trata de um apanágio muçulmano. Na esfera cristã peninsular, é notório o mesmo discurso. A guerra é praticada e sentida na época como uma actividade “legitimada por Deus/Allah”. Não existe espaço neutro e o soberano só é legítimo perante a sua comunidade (cristã ou muçulmana) se lutar para defender os seus e de preferência, se anexar mais território e recursos, retirando-os por guerra, aos seus “inimigos de fé”. É este um dos “motores ideológicos” que alimentam a “Reconquista”.



Como primeiro diagnóstico, verificamos que estamos em presença de:

- Uma base militar de dupla fronteira, terrestre e naval, porque é simultaneamente medina e tem instalações navais, de longa tradição, desde o emirato.

- É a única base militar do estado central, num raio de centenas de quilómetros em redor. Évora não conta porque está debaixo do domínio português. Beja possui pouca importância estratégica. Badajoz encontra-se muito para interior, a 3 dias de viagem, assim como Silves, muito para sul, a 4 dias de viagem.

- Quase isolada num raio de ¼ dias de viagem das cidades atrás referidas, Alcácer assume naturalmente a chefia de um vasto território, ao longo da costa Alentejana, incluindo a Serra da Arrábida e vai dominar grande parte do actual Alentejo, fora da esfera de acção de Badajoz, Mértola ou Silves.

- Isto significa, que a cidade tem que se tornar auto-suficiente em termos de recursos, tratar da sua defesa sem contar com auxílios exteriores e tornar-se suficientemente sedutora, para atrair "voluntários" para a guerra santa.



Fig. Nº 19 – O enquadramento geográfico de Alcácer do Sal. O rio, as lezírias e as floresta. Ao longe o estuário e no horizonte a serra da Arrábida.

Como é que isso se faz?

*-Atribuindo-lhe regalias, qualidade de vida, dando-lhe autonomia e gestão do seu território e realçando, que os voluntários da jihad, tem lugar garantido no paraíso.*

As fontes são claras neste aspecto de tornar a cidade viável e atractiva, quando frisam que o califa em pessoa fica alguns dias na cidade, define o seu programa urbanístico/defensivo e ordena que Alcácer seja abastecida regularmente de bens, por via naval, produtos esses, provenientes dos “*armazéns estatais*” de Sevilha e Ceuta.

Mas para além de alimentar o corpo, é necessário cuidar dele e nutrir o espírito. É por isso, que defendemos, à semelhança do que aconteceu em Silves<sup>53</sup>, que tenha sido instituído em Alcácer, uma *madrassa*/escola e um *māristān*/hospital, de apoio à população e guarnição instalada na cidade.

Este quadro urbano proposto para Alcácer, que na realidade institui um conjunto de incentivos aliciantes para a época, poderá ter contribuído para um “*certo esvaziamento*” do seu espaço rural.<sup>54</sup>

Em síntese, chegamos à conclusão de que o investimento que os Almóadas efectuam em Alcácer, não é novidade para Alcácer, dado que segue de perto o que os Almorávidas tinham efectuado ulteriormente.

Novamente estamos em presença de uma sede de fronteira contra Portugal.

Como vimos, em contexto Almorávida, o espaço de actuação chegava até Coria, Cáceres, Trujillo, quase até Talavera. Em contexto Almóada o espaço islâmico é menor e o seu espaço de actuação tem que se adaptar a esta nova realidade, que se resume à Arrábida e ao Litoral alentejano. Podendo-se questionar, se Beja faria parte do espaço governado por Alcácer?

34

## 6.2. A estrutura social.

Começando pelo óbvio.

Alcácer é uma cidade, como tal insere-se num quadro de autonomia, sendo senhora do seu território.

O poder político é de natureza militar, assumido por um governador, enquanto na mesquita principal, que serve de referência regional, são ministradas as orações de 6ª Feira.

Principal função da cidade no quadro imperial Almóada:

*- Primeira Linha de Defesa Califal no Atlântico Norte, servindo de trampolim de ataque contra o Reino de Portugal. Procura ser autónoma em termos de recursos alimentares, mas recebe numa primeira fase abastecimento regular do aparelho estatal almóada.*

---

<sup>53</sup> Também conquistada nesse mesmo ano.

<sup>54</sup> Num clima de guerra, o espaço rural é sempre refém e uma vítima dos acontecimentos.

Uma cidade com estas características específicas, irá revelar uma determinada estrutura social, que naturalmente terá reflexos nas suas estruturas defensivas e urbanas.



35

Fig. Nº 20 - O xadrez fazia parte do ócio das elites da medina, quase sempre ligadas ao *"governo da cidade"*, por delegação do poder central, centralizado na figura do soberano muçulmano. ( Livro do Ajedrez..., de Afonso X, século XIII, Biblioteca do Escorial).

No topo da hierarquia social, localiza-se o governador designado pelo califa, que na prática é o seu representante legítimo perante a comunidade islâmica, mas antes de entendermos o seu papel no seu tempo é importante referir que estamos perante uma *"superestrutura"* social específica.

O poder Almóada, criou um Califado que não tem problema em assumir a *"Dupla Chefia Suprema"*, religiosa e política. Assumem o branco como a cor oficial e os soberanos mandam gravar nos seus anéis, frases com os seguintes lemas:

- *"Em Allah Confio" ou "Em Allah confio a minha esperança e ele é o melhor tutor".*<sup>55</sup>

Saindo do ambiente de corte, em que patamar de actuação se movia o governador alcacerense?

Em termos de hierarquia, ele dependia do aparelho estatal, cujo representante máximo no *al-Andalus* estava sediado em Sevilha, numa prática de actuação hierárquica que já vinha do contexto almorávida.

---

<sup>55</sup> Castrillo Marquez, R (1997). *Instituciones Políticas, Historia de España Menendez Pidal*, p. 139-140

Ao contrário de uma normal cidade islâmica recuada em relação às fronteiras, onde o poder costumava cristalizar num pequeno número de pessoas ligadas às práticas jurídicas, em Alcácer, estamos perante uma sociedade marcada pela estrutura militar.

O exército aí instalado, é novamente muito heterogéneo e na prática representava para o califa, uma garantia de manutenção e coesão do seu império.

Novamente assiste-se a uma certa separação entre os *Banū Wazīr*, a sua “*corte*” e a restante população, mas num grau menos acentuado do que terá acontecido em contexto ulterior almorávida, onde aí sim existia uma enorme separação.

Segundo as fontes, após a conquista ficaram instalados na cidade elementos da tropa califal.

Nas crónicas da época, eles eram encarados como a “*defesa das fronteiras e os guardiões das portas*”.<sup>56</sup>

Sabendo nós, que as tropas almóadas seriam constituídas por Corpos de Elite/*hasam*, Andaluzes, mercenários Cristãos, várias tribos berberes<sup>57</sup>, árabes, turcos<sup>58</sup>, negros e voluntários, estamos a crer que os elementos militares aqui instalados, teriam culturas, coesões tribais e línguas diferentes.

A juntar tudo isto, temos a presença de uma comunidade islâmica de natureza civil. Terão sido pessoas com ligação familiar a Alcácer, podendo nalguns casos corresponderem a famílias que terão vivido em contexto Português, debaixo da protecção régia, facto que é comprovado pelo Foral aos Mouros Forros, dado pelo Rei D. Afonso Henriques em 1170.

A estes juntaram-se elementos do clã dos *Banū Wazīr*, nomeadamente familiares, clientes e escravos.

Na realidade estamos perante uma amálgama de pessoas de espaços culturais bem delimitados, que também poderão traduzir um universo linguístico variado.

Deste modo, ao lado do árabe dialectal *andalus*, seriam faladas variantes dialectais do berbere. É provável que alguns elementos da elite governativa alcacerense, soubessem falar e compreender a língua falada em contexto cristão, caso bem documentado nas fontes árabes, em relação a *Sidray Ibn Wazīr*.

### 6.3 Em jeito de Conclusão.

Verificamos que existiu por parte dos impérios Magrebinos dos Almorávidas e Almóadas, pontos comuns entre si no que toca a Alcácer. Na impossibilidade de referir todos, vamos unicamente focar alguns:

---

<sup>56</sup> Por outro lado, não nos custa supor que na construção ideologia oficial da época, Alcácer poderia ser considerada uma das portas que guardam o império.

<sup>57</sup> Que eram o suporte do aparelho militar.

<sup>58</sup> Muito apreciados pelo califa.

- Ambos valorizaram a nossa cidade, transformando-a em sede de região militar. Em contexto almorávida essa projecção foi maior, porque o espaço islâmico também o era e estava em curso uma política concreta de esvaziamento do poder de Badajoz, que não será continuado em contexto almóada.

- Os governadores designados pelos Magrebinos para Alcácer, sempre mantiveram uma postura à parte em relação à população, contudo esse facto foi mais marcante em contexto almorávida, o que motivou a criação de movimentos de constetação que levaram à queda rápida dos almorávidas na nossa cidade.

- Se em contexto Almorávida o governador e o corpo do exército que lhe dava apoio eram de origem magrebina Sarauí, falando entre si a língua berbere Lamtusa que era incompreensível para a restante população de língua árabe dialectal andaluza, em contexto almóada, o governador tinha raízes familiares locais, o que facilitou uma melhor integração na cidade e permitiu consolidar o seu poder até à conquista final de 1217. Também existiam berberes que falavam a sua língua, mas o seu impacto seria menor no quotidiano.

- Alcácer em contexto Magrebino emerge como pólo cultural, criando-se escolas e terá criado a sua própria chancelaria, que infelizmente desapareceu após a conquista.

- Se o legado Almóada é neste momento mais visível em Alcácer, isso deve-se a vários factores:

1. Ao sistema defensivo implementado pelos Almóadas, que actualmente ainda é visível e condiciona a paisagem urbana da nossa cidade.

2. As cerâmicas de uso comum que chegaram até nós.

3. Ao "denátio memoriae" que o poder almóada fez em relação ao legado político e cultural almorávida.

4. E também ao facto de que nos últimos anos, termos investigado mais o período almóada do que o almorávida. Reflexos deste estado de coisas temos estado a sentir quando consultamos trabalhos recentes de colegas nossos, nacionais ou estrangeiros, os quais valorizam o contexto Almóada, ignorando a Fase Almorávida.

5. Face ao exposto, é importante reabilitar o legado almorávida de Alcácer, que suspeitamos ter sido mais importante que o Almóada. Mas só futuros trabalhos poderão responder a esta questão.

7. Algumas cerâmicas de cronologia almóada, exumadas em Alcácer

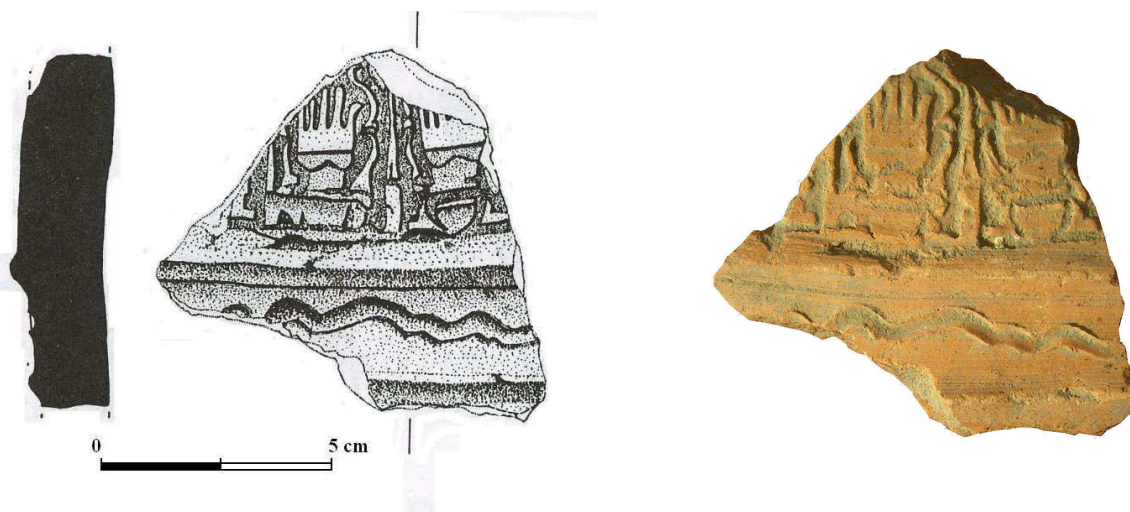


Fig. Nº 21 – Fragmento de talha. Apresenta uma sequência de estampilhas de natureza arquitectónica (Arco polilobulado), cujo interior é preenchido com uma "Mão de Fátima" (Publicado por Paixão, Faria e Carvalho, em 1994. Proveniente do Fórum)



Fig. Nº 22 – Fragmento de talha. Apresenta uma sequência de motivos estampilhados de natureza geométrica (entrelaçados, provavelmente alusivos ao cordão da eternidade) e fitomórficos. Provável alusão aos jardins do Paraíso. (Publicado por Carvalho e Faria, em 1993. Proveniente do Fórum)

As cerâmicas almóada seleccionadas neste estudo, são provenientes do interior do castelo de Alcácer (Fórum e Convento de Aracaeli), tendo sido foram publicadas no século passado.

Elas mostram com clareza, as crenças, os gostos e os circuitos comerciais existentes na época.

É notório o reportório de origem norte africana em algumas peças, especialmente as que nos mostram estampilhas com “*mãos de Fátima*”.

Outras, apresentam mensagens em árabe, de natureza igualmente profilática, contra o “*mau-olhado*” e os “*maus espíritos*”.

Na realidade, e utilizando um termo muito actual, as “*mensagens*” existentes nesses fragmentos de cerâmica, constituem a parte visível, de um “*património imaterial*”, que entretanto se perdeu.



Fig. Nº 23 – Fragmentos de jarinhas, que apresentam a técnica do esgrafitado. Só conhecemos escassos fragmentos em Mértola e Silves, estando aparentemente ausente no restante território Português. Estas peças seriam provenientes de oficinas da região de Múrcia e Lorca. Apresentam mensagens alusivas ao Corão, inseridos no meio de motivos fitomórficos e espirais. Segundo alguns autores, a cor negra é referente à cor oficial do Califado Abássida de Bagdad, por oposição à cor branca oficial do Califado Almóada. É significativo que os raros fragmentos identificados sejam quase todos provenientes do interior da alcáçova/Convento de Aracaeli, o antigo palácio dos *Banū Wazīr*. (Publicados por Paixão, Faria e Carvalho em 2001)

## Tabela Cronológica (Séculos XII-XIII)

1067	Início do reinado de <i>Umar al-Mutawakkil</i> , último soberano da Taifa de Badajoz, espaço político que incluía Alcácer do Sal, Lisboa, Santarém e Évora.
1090	Início do domínio do emir Almorávida, <i>Yusuf B. Tasufin</i> no Andalus. (Começa a reinar no Magreb em 1072)
1194	Conquista de Alcácer do Sal pelas tropas Almorávidas após a anexação formal da Taifa de Badajoz. Transformação da cidade em base militar e posterior sede da fronteira do Garb após a conquista de Lisboa em Novembro de 1195.
1106	Morre o Emir Almorávida, <i>Yusuf B. Tasufin</i> . Início do reinado do Emir <i>Ali B. Yusuf B. Tasufin</i>
1108	Nascimento de D. Afonso Henriques
1111	Conquista Almorávida da cidade de Santarém. Início dos ataques a Coimbra.
1118	Início da decadência do emirato Almorávida. Queda da cidade de Saragoça
1121	Ibn Tumart funda o <i>ribat de Ijili</i> Início do Movimento Almóada, (نودحوملا), os Unitários, que vai dar origem ao Califado <i>Muwahhidun</i> .
1125-30	<i>Ibn Tumart, mahdi</i> almóada em <i>Tinmal</i> . <i>Ibn Qasi</i> efectua estudos com vários mestres, entre os quais, <i>Khalaf Allah al-Andalusi</i> e <i>Ibn Khalil</i>
1129	D. Afonso Henriques à frente do Condado Portucalense.
1130	<i>Fundação do Ribat da Arrifana (?)</i>
1135	D. Afonso Henriques manda construir (ou reconstruir) o castelo de Leiria
1139	Batalha de Ourique. D. Afonso Henriques assume o título de Rei.
1143	D. Afonso Henriques é reconhecido como Rei. Morre o emir <i>Ali Ibn Yusuf Ibn Tasfin</i> . Sucede no cargo o seu filho <i>Tashfin Ibn Ali</i> .



1144-46	Fragmentação política do território Almorávida. As cidades de Santarém, Lisboa, Évora e outras, assumem-se independentes e começam a expulsar as guarnições Almorávidas.
1147	Segunda cruzada. D. Afonso Henriques conquista as cidades de Santarém e Lisboa. <i>Ibn Wazir</i> governa grande parte do <i>Garb</i> e é aliado de D. Afonso Henriques. Alcácer do Sal seria uma das cidades que faria parte do seu emirato.
1151	Por razões ainda pouco claras, Alcácer desliga-se de <i>Ibn Wazir</i> e assume-se como Emirato Autónomo, sendo governado provavelmente pelas suas elites. Primeira tentativa de conquista de Alcácer por D. Afonso Henriques. <i>Ibn Qasi</i> alia-se a D. Afonso Henriques e <i>Ibn Wazir</i> reconhece o Califado Almóada.
1157	Segunda tentativa falhada de conquista de Alcácer por D. Afonso Henriques.
1158	A convite dos alcacerenses, <i>Ali Wahibi</i> assume o governo da cidade. Sai de Tavira e renova a aliança que já tinha com D. Afonso Henriques.
1160	<i>Ali Wahibi</i> é assassinado em Alcácer. D. Afonso Henriques manda cercar a cidade e após 2 meses de cerco, conquista-a.
1160-91	Primeira presença portuguesa em Alcácer, que vai durar 31 anos. Instalação da Ordem de Santiago em Alcácer. Concessão de um Foral que se perde. O rei assume a defesa da comunidade muçulmana, atribuindo uma Carta de Foral às comunidades instaladas em Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Curiosamente não são mencionadas as comunidades existentes provavelmente em Santarém e em Évora.
1191	Conquista da cidade pelo califa <i>Ya'qub Al-Mansur</i> . O governo é assumido por <i>Muhammad Ibn Wazir</i> .
1212	Batalha de Navas de Tolosa. O governador alcacerense é morto. Assume o poder o seu filho, <i>Abdallah Ibn Wazir</i> .
1217	Conquista de Alcácer, com o apoio da 5ª Cruzada. D. Afonso II reconhece a vitória e confirma a sua posse à Ordem de Santiago
1218	Atribuição de Foral por D. Afonso II. Provável cópia do anterior, entretanto perdido, mas não tem dados seguros para manter esta hipótese. A Ordem de Santiago instala a sua sede em Alcácer, no palácio muçulmano, dentro do castelo.

## Bibliografia

### Estudos Recentes sobre Alcácer em Contexto Islâmico.

CARVALHO, A Rafael e FARIA, J. Carlos. (1993) **CERÂMICAS MUÇULMANAS DO MUSEU MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL**. *Arqueologia Medieval*, Nº 3, pp. 101-111. Porto.

PAIXÃO, A Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A Rafael. (1994) **O CASTELO DE ALCÁÇER DO SAL: Um projecto de Arqueologia Urbana**. *Actas do II Encontro de Arqueologia Urbana/ Braga*, pp. 215-264.

CARVALHO, A Rafael e FARIA, J. Carlos. (2001) **FRAGMENTO DE UM TABULEIRO DE "ALQUERQUE DE NOVE"**; PROVENIENTE DO CASTELO DE ALCÁÇER DO SAL. (2001) *Arqueologia Medieval*. Nº 7, pp. 211-215.

PAIXÃO, A Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A Rafael. (2001) **CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA OCUPAÇÃO MUÇULMANA NO CASTELO DE ALCÁÇER DO SAL: O Convento de Aracoelli**. *Actas do Colóquio "Lisboa – Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos"*, 1997. *Arqueologia Medieval* Nº 7, pp. 197-209.

PAIXÃO, A Cavaleiro e CARVALHO, A Rafael, (2001) **CERÂMICAS ALMÓADAS DE *al-Qasr al-Fath***. *Actas do Encontro sobre Cerâmicas Muçulmanas do *Garb al-Andalus**. Ed. IPPAR e da Junta de Estremadura, pp. 198-229.

PAIXÃO, A Cavaleiro; FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A Rafael, (2002) **ASPECTOS DA PRESENÇA ALMÓADA EM ALCÁÇER (PORTUGAL)** Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. (500-1500): *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Palmela*. pp. 369-383, Colibri e C M Palmela.

CARVALHO, A Rafael; FARIA, João Carlos e FERREIRA, Marisol Aires, (2004) **ALCÁÇER DO SAL ISLÂMICA: Arqueologia e História de uma Medina do *Garb al-Andalus* (séculos VIII-XIII)**. Ed. C. M. Alcácer do Sal e IPM.

CARVALHO, A Rafael (2004) **ALGUNS ASPECTOS DE ALCÁÇER NO FINAL DO PERÍODO MUÇULMANO**. *Neptuno*, nº 2, páginas 5-6. ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2005) **ALCÁÇER DO SAL ENTRE 1191 E 1217 (I PARTE)**. *Neptuno*, nº 3, página. ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2005) **ALCÁÇER DO SAL ENTRE 1191 E 1217 (II PARTE): O Papel do *Hisn Turus/Castelo do Torrão*, no sistema defensivo *Alcacerense***. *Neptuno*, nº 5, página 5 - 7. ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2005) **ALCÁÇER DO SAL ENTRE 1191 E 1217: Os dias em que *al-Qasr al-Fath* foi sede do império *Almóada***. *Neptuno*, nº 6, página 12 - 13. ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2005) **FRAGMENTOS DE MINIATURAS EM CERÂMICA PROVENIENTES DO PALÁCIO ALMÓADA DE ALCÁÇER**. *Al Madan* nº 13, Centro de Arqueologia de Almada, páginas 148.

CARVALHO, A Rafael (2006) **O SANTUÁRIO DO SENHOR DOS MÁRTIRES EM CONTEXTO ISLÂMICO: Alguns elementos para o seu estudo**. *Neptuno*, nº 7, página 4 - 6 ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2006) **A REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DO SENHOR DOS MÁRTIRES E ALCÁÇER DO SAL NO SÉCULO XIII**. *Neptuno*, nº 8, página 6-9 ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2006) **CERÂMICA DO PERÍODO ZIRIADA EXUMADA NO CASTELO DE ALCÁÇER DO SAL: Elementos para o seu estudo**. *Al Madan* nº 14, Centro de Arqueologia de Almada, páginas 152-153.

CARVALHO, A Rafael (2006) **UM DIRHAM ALMÓADA ENCONTRADO EM ALCÁÇER DO SAL: Elementos para o seu estudo** <http://alcacer-islamica.blogspot.com>. (Consultado em 08-06-2007)

CARVALHO, A Rafael (2007) **UM OLHAR SOBRE AS ORIGENS DE PALMA/ALCÁÇER DO SAL**. Neptuno, nº 10, páginas 2-5. ADPA.

CARVALHO, A Rafael (2007) **O BAIXO SADO, DA ANTIGUIDADE TARDIA ATÉ À FASE EMIRAL: Algumas reflexões sobre continuidades e rupturas**. Subsídios para o estudo da História Local. Vol. 3, Anos 2004 e 2005. Páginas 303-318, Ed. Câmara Municipal de Setúbal e Rede Portuguesa de Museus.

CARVALHO, A Rafael (2007) **A TORRE MEDIEVAL DE SANTA CATARINA DE SÍTIMOS: Elementos para o Estudo do Sistema Defensivo de Alcáçer do Sal em Contexto Almóada**. ADENDA on-line da revista Al Madan nº 15

CARVALHO, A Rafael (2007) **AL QASR: A Alcáçer do Sal Islâmica**. Roteiro – Cripta Arqueológica do Castelo de Alcáçer do Sal. Edição IPPAR , pp. 43-56.

CARVALHO, A Rafael (2007) **ALCÁÇER: Alcáçer do Sal Medieval e Cristã**. Roteiro – Cripta Arqueológica do Castelo de Alcáçer do Sal. Edição IPPAR , pp. 57-68.

CARVALHO, A Rafael (2008) **ASPECTOS DO QUOTIDIANO EM ALCÁÇER, EM CONTEXTO ISLÂMICO**, Neptuno 13 (Prelo)

#### **Algumas fontes Árabes referentes a Alcáçer do Sal e à sua região**

**Abū I-Fiḍā** (Séculos XIII-XIV).

- *Taqwīm al-Buldān*, (1840), ed./ Trad. de M. Reinaud e M. Guikin de Slane, Geographie d'Aboulféda, Paris. (p. 170- 173).

**Ibn Ḥayyān** (Século XI)

- *Muqtabis III*, (1973) /, *Al-Muqtabas min anba: ahl al-Andalus*, ed. M. A Makki, Beirute. (p. 369). - *Muqtabis V* (1979) / *Crónica del Califa 'Abd al-Raḥmān III al-Nāṣir entre los años 912-942*, ed. P. Chalmeta, F. Corriente, Subh, Madrid; - trad. M. J. Viguera e F. Corriente, Zaragoza (1981) / ed. p. 105-106; trad. 90-91, 69.

**Ibn Ḥazm**. (Século XI)

- *Kitāb jamharat ansāb al-ʿarab* ( 1948 ), ed. de E. Lévi-Provençal, Cairo, e A S. Harun, 4ª ed. Cairo (1977) / p. 466.

**Al-Ḥimyaī**, (Século XIV).

- *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'après le « Kitāb al-Rawḍ al-Miṭār »*. *Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France*, (1938), trad. de E. Lévi-Provençal, Leyde; Ed. I. 'Abbas (1975), Beyrouth, trad. parcial de Maestro Gonzalez (1963), Valencia, p. 161-162, trad. p. 194.

**Ibn Abī Zar**, (Século XIV).

- *Kitāb al-anīs al-muṭrib bi rawḍ al-qitās*, (1973), trad. de <sup>a</sup> Huici Miranda, Textos Medievales, 2ª ed., (1964), Valencia, p. 161.

**Al-Qalqašāncī** (Séculos XIV-XV).

- *Subh al-Aʿas*, (1913-19), Cairo, ( p. 222 ). Trad. parcial de Luís Seco de Lucena, (1975), Valencia, (p. 30-31).

**Ibn al-Qūṭiya**, (Século X)

- *Ta ʿriḥ Iftitāḥ al-Andalus*, (1868) ed. P. de Gayangos, E. Saavedra, F. Codera; nova edição al-Abyari I., Beirute (1982); Ed. e Trad. J. Ribera, *Historia de la conquista de España de Abnelcotia el*

*Cordobés*, Colección de obras árabigas de historia y geografía de la Real Academia de la Historia, Vol. II, Madrid (1926). / ed. p. 62, trad. p. 49.

*Ibn Id̄ari*, (Século XIII-XIV).

- (II): texte arabe des parties relatives au Maghreb et à l'Espagne de la conquête de la fin du X<sup>e</sup> siècle, (1848-1851) ed. R. Dozy, 2 vol., Leyde, revue par G. S. Colin et E. Lévi-Provençal, Leyde, 2 Vol. 1948-1951, p. 238-239, trad. p. 394-395.

*Al-Idrīsī*, (Século XII).

- (*Nuzhat*) *Nuzhat al-muštāq fi Ihtirak al-afak*, (1975) ed. Instituto Universitario Orientale di Napoli e Instituto per il Medio e Estremo Oriente, *al-Idrīsī, drisi opus geographicum*, Napoles-Roma, trad. R. Dozy et M. De Goeje, *Description de L'Afrique et de L'Espagne*, nova edição, Leyde, 1968; p. 544, trad. pp. 219.; (1999), trad. relativo ao Ocidente, H. Bresc, A Nef, *Idrīsī. La première géographie de l'Occident*, ed. GF Flammarion, Paris, 1999. - (*Muhāj*) *Uns al-muhāj wa rawḍ al-furāḥ*, (1989) ed e trad. de M. J. Mizal, *Los Caminos de al-Andalus en el Siglo XII*, Madrid, pp. 49, trad. p. 82.

### Obras de Referencia

Antunes, M. Telles e Sidarus, A , 1998. **Novo exemplar de quarto de dinar de Ibn Wazir invocando o emir almorávida Ishaq ibn 'Ali**. Arqueólogo Português, Série IV, 16, pp. 285-293.

Al-Sayyed, A Taha, 2002. **As fontes do Islão**. História da Humanidade, Vol. IV, Ed. UNESCO e Verbo, pp. 285-287.

Barroca, M. 1999. **Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)**. 3 Volumes, Lisboa.

Benaboud, M'hammad. 2002. **Al-Maghrib ( O Magrebe )**. História da Humanidade, Vol. IV, Ed. UNESCO e Verbo, pp. 362-371.

Bosworth, C. Edmund, 2002. **A constituição da Sociedade e do Estado Islâmicos: Características Gerais**. História da Humanidade. Vol. IV, Ed. UNESCO e Verbo, pp. 288-291, Lisboa.

Braude, B. et all. 2002. **Os Não Muçulmanos na Sociedade Islâmica**. História da Humanidade, Vol. IV, Ed. UNESCO e Verbo, pp. 332-335, Lisboa.

Chapoutot-Remadi, M. e Daghfous, R., 2002. **A Sociedade e a Cultura Material do Mundo Islâmico**. História da Humanidade, Vol. IV, Ed. UNESCO e Verbo, pp. 314-331, Lisboa.

Gomes, Rosa Varela, 1988. **Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves**. Revista Xelb nº 1. Silves.

Gomes, Rosa Varela, 1999. **Silves ( Xelb ) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus – Arqueologia e História ( Séculos VIII-XIII )**, Dissertação de Doutoramento em História – Especialidade de Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, 5 Volumes, Lisboa. ( Policopiado ).

Gomes, Rosa Varela e Gomes, Mário Varela, 1986. **Cerâmicas Estampilhadas Muçulmanas e Mudéjares do Poço-Cisterna de Silves**. Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana ( Setúbal 1985 ). pp. 127-141. Lisboa.

Gomes, Rosa Varela e Gomes, Mário Varela, 2001. **Palácio Almoada da Alcáçova de Silves**. Catálogo da exposição no Museu Nacional de Arqueologia.

Fernandes, I Cristina e Carvalho, A Rafael, 1993. **Arqueologia em Palmela, 1988-1993**. Catálogo da Exposição. Câmara Municipal de Palmela.

Fernandes, I Cristina e Carvalho, A Rafael, 1997. **Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela**. Actas do 6º Congresso – “ La cerámique médiévale en Méditerranée ”, pp. 327-335. Aix-en-Provence.

- Kennedy, H. 1999. *Os Muçulmanos na Península Ibérica: História Política do al-Andalus*. Lisboa.
- Khawli, A. 1997. *La famille des Banu Wazir dans le Garb d'al-Andalus aux XII et XIII siècles*. *Arqueologia Medieval*, nº 5, pp. 103-115, Porto.
- Khawli, A. 2001. *Le Garb d'al-Andalus à l'époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)*. *Actas do Coloquio " Lisboa – Encruzilhada de Cristãos, Judeus e Muçulmanos "*, 1997. *Arqueologia Medieval*, nº 7, pp.23-35, Porto.
- Khawli, A. 1992. *Los Berberes del Occidente de al-Andalus*. *Actas das XII Jornadas del Património de la Sierra de Huelva*. (Prelo).
- Pereira, M. T. Lopes, 1996. *Memórias Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217). ( com base no Carmen de Gosuino )*. *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 2, pp. 319-358.
- Picard, C. 1997. *L'Océan Atlantique musulman: De la conquête arabe á l'époque almohade*. Paris.
- Picard, C. 2000. *Portugal Musulman (VIII – XIII siècles): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris.
- Sidarus, A, 1996. *Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no ocidente Andaluz*. *A Cidade de Évora*, pp. 7-35, Évora.
- Sidarus, A , 1996. *Novas perspectivas sobre o Gharb Al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques*. *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 2, pp. 247-270.
- Sidarus, A e Rei, A, 2001. *Lisboa e o seu Termo segundo os Geógrafos Árabes*. *Arqueologia medieval*, nº 7, pp. 37-72.
- Torres, C. (1987). *Cerâmica islâmica Portuguesa*, F. Gulbenkian, Lisboa
- Viguera Molins, M. J., 1992. *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebíes*. Col. Mapfre.
- Viguera Molins, M. J., 1995. *De las Taifas al Reino de Granada: Al-Andalus, (Siglos XI-XV)*. *Historia* 16.
- Viguera Molins, M. J., 1997. *Historia Política*. *Historia de España de Menendez Pidal*, Vol. VIII (II), pp. 41-123.